Relatório dos Sistemas de Pagamentos e de Liquidação Interbancária

2003

BANCO DE PORTUGAL
Departamento de Sistemas de Pagamentos

Junho 2004

RELATÓRIO

DOS SISTEMAS DE PAGAMENTOS

E DE LIQUIDAÇÃO INTERBANCÁRIA

2003

Banco de Portugal

Departamento de Sistemas de Pagamentos

Junho 2004

Índice

Nota Introdutória **7**

Capítulo I - Sistema de Liquidação Interbancária – Evolução Global **11**

Evolução Global 13

Caixa 1: Evolução dos instrumentos de pagamento em Portugal **18**

Capítulo II - Sistemas de Liquidação por Bruto **21**

SPGT 23
SLOD 33
TARGET 34

Capítulo III - Sistema de Compensação Interbancária (SICOI) **41**

SICOI 43
Cheques 45

Caixa 2: Circulação Interbancária de Imagens de Cheques **49**

Caixa 3: Processo de Modernização **51**

Efeitos 52
Transferências Electrónicas Interbancárias (TEIs) 55
Multibanco 59
Débitos Directos 65

Caixa 4: Grupos de Trabalho Interbancários **68**

Caixa 5: Sistema de pagamentos português: um exemplo de rápida e sustentada modernização **69**

Capítulo IV – Regulamentação e Controlo dos Meios de Pagamento **71**

Evolução Global 73

Caixa 6: Cadernos do Banco de Portugal **75**

Índice de Quadros

Quadro I.1	Movimento global do Sistema de Liquidação Interbancária	13
Quadro I.2	Médias diárias do Sistema de Liquidação Interbancária	14
Quadro I.3	Participantes no Sistema de Liquidação Interbancária	17
Quadro I.4	Valor médio por instrumento de pagamento	17
Quadro II.1	Movimento global do SPGT – Operações domésticas em 2003	28
Quadro II.2	Cheques de grande montante em 2003	29
Quadro II.3	Movimento global do SPGT – Operações transnacionais em 2003	29
Quadro II.4	Operações transnacionais enviadas para o TARGET pelo SPGT	30
Quadro II.5	Operações transnacionais recebidas do TARGET no SPGT	30
Quadro II.6	SPGT – Liquidação de operações por período de funcionamento em 2003	32
Quadro II.7	Instruções de pagamento processadas pelo TARGET e outros sistemas de transferência de fundos interbancários de grande montante da zona euro	35
Quadro II.8	Pagamentos transnacionais enviados por cada SLBTR participante ou ligado ao TARGET	38
Quadro II.9	Pagamentos transnacionais no TARGET	38
Quadro II.10	Pagamentos transnacionais no TARGET, por tipo de operação e por Sistema RTGS	39
Quadro III.1	Movimento global do Sistema de Compensação Interbancária (SICOI)	43
Quadro III.2	Documentos apresentados e devolvidos no Sistema de Compensação Interbancária	44
Quadro III.3	Cheques truncados e não truncados	46
Quadro III.4	Cheques devolvidos, por motivos de devolução	47
Quadro III.5	Dados mensais sobre os cheques apresentados e devolvidos	48
Quadro III.6	Efeitos, por tipo de efeito	52
Quadro III.7	Efeitos, por tipo de carteira em 2003	53
Quadro III.8	Dados mensais sobre os efeitos	54
Quadro III.9	TEIs, por escalão de valor em 2003	55
Quadro III.10	TEIs, por código de operação em 2003 (1º Fecho)	56
Quadro III.11	TEIs, por código de operação em 2003 (2º Fecho)	57
Quadro III.12	TEIs, por código de serviço em 2003	57
Quadro III.13	Dados mensais sobre as TEIs	58
Quadro III.14	Cartões e terminais Multibanco	59
Quadro III.15	Movimento global do Multibanco em 2003	60
Quadro III.16	Dados mensais sobre o Multibanco	62
Quadro III.17	Dados mensais sobre os débitos directos	65
Quadro III.18	Débitos Directos, por código de serviço em 2003	66
Quadro III.19	Débitos Directos, por código de operação em 2003	67
Quadro III.20	Débitos Directos rejeitados, por motivo de rejeição em 2003	67

Índice de Gráficos

Gráfico I.1	Quantidade global, em percentagem (%) do Sistema de Liquidação Interbancária (SPGT e SICOI)	16
Gráfico I.2	Valor global, em percentagem (%) do Sistema de Liquidação Interbancária (SPGT e SICOI)	16
Gráfico I.3	Evolução dos instrumentos de pagamento em Portugal	19
Gráfico II.1	Evolução em quantidade de operações domésticas e transnacionais no SPGT	25
Gráfico II.2	Quantidade de operações domésticas e transnacionais no SPGT (%)	25
Gráfico II.3	Evolução em valor de operações domésticas e transnacionais no SPGT	26
Gráfico II.4	Valor das operações domésticas e transnacionais no SPGT (%)	26
Gráfico II.5	SPGT – Liquidação de operações por período de funcionamento em 2003	31
Gráfico II.6	Instruções de pagamento processadas pelo TARGET e outros sistemas de transferência de fundos interbancários de grande montante da zona euro	35
Gráfico II.7	Disponibilidade de serviço SPGT e TARGET comparada	36
Gráfico II.8	Disponibilidade comparada de serviço dos diversos RTGS participantes do TARGET	37
Gráfico III.1	SICOI – Cheques, TEIs e Débitos Directos devolvidos	44
Gráfico III.2	Cheques truncados e não truncados	46
Gráfico III.3	Comparação mensal da quantidade de cheques apresentados	48
Gráfico III.4	Efeitos, por tipo de efeito	53
Gráfico III.5	Comparação mensal da quantidade de efeitos	54
Gráfico III.6	Comparação mensal da quantidade de TEIs apresentadas	58
Gráfico III.7	Movimento global do Multibanco em 2003	61
Gráfico III.8	Comparação mensal da quantidade de operações do Multibanco	62
Gráfico III.9	Levantamentos internacionais e no estrangeiro em 2003	63
Gráfico III.10	Levantamentos nacionais e compras, por dias da semana, em Setembro de 2003	63
Gráfico III.11	Valor médio dos levantamentos nacionais e compras ao longo do mês de Setembro de 2003	64
Gráfico III.12	Comparação mensal da quantidade de débitos directos cobrados	66
Gráfico III.13	Número de ATM por milhão de habitantes, em percentagem da média da UE	69
Gráfico III.14	Número de EFT/POS por milhão de habitantes, em percentagem da média da UE	69

Nota Introdutória

O "Relatório dos Sistemas de Pagamentos e de Liquidação Interbancária - 2003" apresenta os factos mais relevantes e os dados estatísticos relativos aos sistemas de pagamentos e de liquidação interbancária, tanto no que diz respeito aos pagamentos de grande valor como no que se refere aos pagamentos de retalho.

Nos termos do artigo 14º da Lei Orgânica do Banco de Portugal, aprovada pelo Decreto-Lei Nº. 5/98 de 31 de Janeiro, cabe ao Banco regular, fiscalizar e promover o bom funcionamento dos sistemas de pagamento, designadamente no âmbito da sua participação no SEBC. O Banco exerce, deste modo, a superintendência dos sistemas de pagamentos domésticos de modo a garantir a estabilidade sistémica e eficiência dos mesmos, bem como a segurança e o bom uso dos instrumentos de pagamento.

O Banco de Portugal, em conjunto com o BCE e demais Bancos Centrais Nacionais da zona euro (Eurosistema), está empenhado na implementação e disseminação das políticas apresentadas no "Statement on the role of the Eurosystem in the field of payment systems oversight", publicado pelo BCE em 21 de Junho de 2000. O Eurosistema adoptou também, em Janeiro de 2001, para a sua política de superintendência dos sistemas de pagamentos os "Core principles on sistemically important payment systems", aprovados pelo Committee on Payment and Settlement Systems (CPSS) dos Governadores dos Bancos Centrais do G-10[1]. Atendendo à importância dos sistemas de retalho no nosso país, agrupados no Sistema de Compensação Interbancária (SICOI), alguns dos princípios acima referidos, são igualmente aplicados na superintendência do SICOI, que inclui os subsistemas de Cheques, Transferências Electrónicas Interbancárias (TEI), Efeitos, Débitos Directos (SDD) e Multibanco.

No ano de 2003, merece destaque a entrada em funcionamento, em finais de Outubro, do sistema de troca interbancária de imagens electrónicas de cheques.

A circulação electrónica de imagens de cheques totalmente automatizada, dispensando a circulação física documental e permitindo a utilização de novas tecnologias associadas ao tratamento da imagem, como sejam o reconhecimento inteligente de caracteres (ICR) e a conferência electrónica de assinaturas, possibilita uma maior eficiência e racionalização do circuito de depósito e cobrança de cheques e uma acrescida fiabilidade e segurança no processamento interbancário destes documentos.

[1] O Banco de Portugal tornou pública a sua política no âmbito dos sistemas de pagamentos – primeira responsabilidade dos bancos centrais enunciada nos "*Core Principles*" – na secção III.4 do relatório do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 2000.

Ainda como resultado da entrada em funcionamento do referido sistema, foram encerrados os centros de troca física, geridos pelo Banco de Portugal, em Lisboa, Funchal, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo. Completou-se, assim, o processo de extinção da Compensação Tradicional que, na parte da troca física de documentos não truncados, não fora possível eliminar aquando da integração daquela na Compensação Electrónica (Telecompensação) de Cheques, ocorrida em 30 de Junho de 1998.

Este projecto inovador, resultante da cooperação das instituições participantes na compensação interbancária de cheques, da SIBS e do Banco de Portugal, reforça a posição de vanguarda do nosso país na adopção de processos tecnológicos avançados, aplicados na operacionalização dos sistemas de pagamentos.

No âmbito nacional, salienta-se ainda a edição do quarto número dos "Cadernos do Banco de Portugal", sobre a temática dos sistemas de pagamentos, abordando a restrição ao uso dos cheques. Esta iniciativa do Banco de Portugal, que tinha arrancado em 2002, com a publicação dos três primeiros números ("Débitos Directos", "Transferências a Crédito" e "Cheques – regras gerais"), visa melhorar a compreensão das características e funcionalidades dos instrumentos e sistemas de pagamentos, tornando mais fácil e racional a sua utilização por parte do público que deles se serve.

No início de Novembro ocorreu a anunciada migração do sistema de negociação, compensação e liquidação do mercado a contado da Bolsa de Valores (Euronext Lisbon) para a plataforma pan-europeia da Euronext/Clearnet. A integração operada ocasionou algumas alterações ao modelo até então vigente na praça portuguesa, destacando-se, como mais significativa, a introdução da chamada contraparte central no modelo de compensação e liquidação. Como consequência da referida integração, verificou-se um acréscimo significativo na quantidade de operações liquidadas numa base individual junto do Banco de Portugal.

No âmbito europeu, salienta-se a entrada em vigor, no dia 1 de Julho, do princípio da igualdade dos encargos aplicáveis às transferências bancárias domésticas e transfronteiras expressas em euros, em pagamentos de valor igual ou inferior a 12.500 euros, desde que acompanhados pelo BIC[2] e IBAN[3] do destinatário. Esta norma imperativa decorre da aplicação do Regulamento nº 2560/2001 de 19 de Dezembro do Parlamento Europeu e do Conselho, que tem como objectivo aproximar, gradualmente, os preços domésticos dos preços transnacionais, nos pagamentos efectuados em euros, no espaço da União Europeia. Recorda-se que, no âmbito do citado Regulamento, entrara já em vigor, em 1 de Julho de 2002, a equiparação de encargos para os pagamentos em euros, até ao limite

[2] BIC – Bank Identifier Code
[3] IBAN – International Bank Account Number

mencionado, aplicável às operações efectuadas através de instrumentos de pagamento electrónico, nomeadamente cartões de débito e/ou crédito e de levantamentos de numerário em caixas automáticos.

Em Janeiro de 2003, o Conselho de Governadores do BCE aprovou a estrutura de superintendência do TARGET, definindo as responsabilidades dos Bancos Centrais Nacionais e do BCE relativamente às várias componentes do sistema e as competências orgânicas no que respeita à operação e à superintendência do sistema. A estrutura em apreço do TARGET visa a contínua vigilância da compatibilidade do sistema com os *standards* e princípios fundamentais adoptados no funcionamento dos sistemas de pagamentos sistemicamente importantes. Está a decorrer um processo de avaliação dos componentes do TARGET, tendo em consideração a compatibilização com os *Core Principles*, adoptados pelo Conselho de Governadores em Janeiro de 2001, para os sistemas de pagamentos sistemicamente importantes.

Prosseguiram os trabalhos de preparação do projecto TARGET2, tendo sido divulgados, em Julho, os resultados da consulta pública sobre os princípios e estrutura daquele sistema, que se prevê estar operacional a partir de Janeiro de 2007. O TARGET2 funcionará na base de uma plataforma operativa/tecnológica única, cuja construção será, em princípio, realizada pelos bancos centrais da Alemanha, da França e da Itália.

No quadro da *Single Euro Payments Area* (SEPA), iniciativa dos bancos europeus e das suas associações representativas, sob a égide do *European Payments Council* (EPC), continuaram os trabalhos planeados em 2002, destacando-se a decisão de adoptar o STEP2 da *European Banking Association* (EBA), como o sistema sobre o qual será erigida a futura câmara de compensação pan-europeia. Esta estrutura de pagamentos está vocacionada para o processamento de uma grande quantidade de pagamentos de retalho, visando criar condições para a redução dos custos de processamento dos pagamentos transfronteiros, que poderá, assim, potenciar a diminuição das comissões cobradas aos clientes bancários, naqueles pagamentos, conforme preconizado pelas autoridades públicas europeias.

No quadro operacional, o funcionamento do SPGT/TARGET e do SICOI em 2003 registou a seguinte evolução: incremento das quantidades e, principalmente, dos valores processados no SPGT, respectivamente em 13% e 55%; aumento das quantidades e diminuição dos valores processados no SICOI, respectivamente em 5,8% e – 2,5%. Esta evolução, na linha do que já se tinha observado em 2002, conduz a que a liquidação por bruto (SPGT) concentre, com apenas 0,1% das quantidades totais liquidadas interbancariamente no conjunto daqueles dois sistemas, cerca de 95% dos valores totais liquidados.

Capítulo I

Sistema de Liquidação Interbancária

Evolução Global

EVOLUÇÃO GLOBAL

No sistema de liquidação interbancária em Portugal, como na generalidade dos países desenvolvidos, coexistem duas fomas de liquidação complementares. Uma – a liquidação por bruto – é efectuada através do Sistema de Pagamentos de Grandes Transacções (SPGT) e do Sistema de Liquidação de Outros Depositantes (SLOD); outra – a liquidação por compensação – é realizada via Sistema de Compensação Interbancária (SICOI).

Enquanto que a primeira tem como principal objectivo a minimização dos riscos associados aos pagamentos de grande montante, nomeadamente o risco sistémico, a segunda visa o processamento de uma grande quantidade de operações de baixo valor.

O número total de pagamentos no Sistema de Liquidação Interbancária português aumentou, em 2003, cerca de 5,8% face a 2002 (em média, mais 279 mil pagamentos por dia), enquanto o seu valor subiu 50,2% (uma média diária de mais 7.258 milhões de euros). Em 2003, foram liquidadas, na sua globalidade, 1.259 milhões de operações, sendo que, aproximadamente 99,9% foram liquidadas por compensação e as restantes liquidadas por bruto (cf. Quadros I.1 e I.2).

No entanto, no que respeita ao valor das operações liquidadas, o cenário inverte-se, pois apenas 5,44% dos 5.535.159,6 milhões de euros foram liquidados por compensação através do SICOI. Assim, e tendo em conta as quantidades e os montantes envolvidos, facilmente se constata que, em 2003, o valor médio por operação do SPGT foi de aproximadamente 4 milhões de euros, o que compara com cerca de 240 euros no SICOI.

Sabendo-se que a liquidação por bruto engloba poucas operações, mas de elevado valor, estes números constituem prova bastante da importância sistémica do SPGT.

Quadro I.1

Movimento global do Sistema de Liquidação Interbancária

(*Quantidade em milhões e Valor em milhões de EUR*)

	Ano 2002		Ano 2003		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Liquidação por Bruto	**1,17**	**3 375 613,1**	**1,32**	**5 234 316,1**	**12,9**	**55,1**
SPGT	1,14	3 326 558,4	1,29	5 168 330,1	12,6	55,4
Operações Domésticas	*0,62*	*1 225 343,4*	*0,65*	*1 213 695,0*	4,5	-1,0
Operações Transnacionais	*0,52*	*2 101 215,0*	*0,64*	*3 954 635,1*	22,3	88,2
SLOD	0,03	49 054,7	0,04	65 986,0	24,1	34,5
Liquidação por Compensação - SICOI	**1 188,60**	**308 550,9**	**1 257,80**	**300 843,5**	**5,8**	**-2,5**
CHEQUES	210,84	215 300,7	200,08	196 811,4	-5,1	-8,6
EFEITOS	5,57	4 150,4	4,59	3 641,6	-17,5	-12,3
TEI	30,65	48 337,4	42,83	55 554,8	39,8	14,9
DÉBITOS DIRECTOS	1,57	518,8	5,19	1 343,3	231,0	158,9
MULTIBANCO	939,97	40 243,6	1 005,10	43 492,4	6,9	8,1
Total	**1 189,77**	**3 684 164,0**	**1 259,12**	**5 535 159,6**	**5,8**	**50,2**

Quadro I.2

Médias diárias do Sistema de Liquidação Interbancária

(*Quantidade em milhares e Valor em milhões de EUR*)

	Ano 2002		Ano 2003		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Liquidação por Bruto	**4,59**	**13 237,7**	**5,18**	**20 526,7**	**12,9**	**55,1**
SPGT	4,48	13 045,3	5,04	20 268,0	12,6	55,4
Operações Domésticas	2,44	4 805,3	2,55	4 759,6	4,5	-1,0
Operações Transnacionais	2,04	8 240,1	2,49	15 508,4	22,3	88,2
SLOD	0,11	192,4	0,14	258,8	24,1	34,5
Liquidação por Compensação - SICOI	**4 773,48**	**1 239,2**	**5 051,40**	**1 208,2**	**5,8**	**-2,5**
CHEQUES	846,76	864,7	803,54	790,4	-5,1	-8,6
EFEITOS	22,37	16,7	18,45	14,6	-17,5	-12,3
TEI	123,08	194,1	172,01	223,1	39,8	14,9
DÉBITOS DIRECTOS	6,30	2,1	20,86	5,4	231,0	158,9
MULTIBANCO	3 774,98	161,6	4 036,55	174,7	6,9	8,1
Total	**4 778,07**	**14 476,9**	**5 056,59**	**21 734,9**	**5,8**	**50,1**

Nota: A liquidação por bruto funcionou durante 255 dias em 2002 e 2003. O SICOI teve 249 dias de funcionamento em 2002 e 2003.

O SPGT registou em 2003 um crescimento importante face a 2002, tendo sido processados, em média, cerca de 5 mil pagamentos por dia (desagregados em operações transnacionais e domésticas), o que representa uma taxa de crescimento de aproximadamente 13%. É também de salientar o notório aumento das operações transnacionais, as quais foram responsáveis, em grande parte, pelo crescimento registado no SPGT, tendo aquelas representado por si só um aumento de 22,3% em quantidade (em média, mais 455 pagamentos diários) e 88,2% em valor (mais 7.268,3 milhões de euros de operações transnacionais). A evolução registada evidencia a crescente integração económica, monetária e financeira na zona euro.

No que respeita aos pagamentos domésticos processados, de 2002 para 2003, a média diária de pagamentos domésticos processados aumentou 4,5% em quantidade (crescimento médio de 111 operações por dia) e decresceram cerca de 1% em valor (45,7 milhões de euros). Em termos de quantidade, os pagamentos domésticos representaram cerca de 50,54% do tráfego total do SPGT em 2003 (54,5% em 2002).

Relativamente ao movimento do SLOD em 2003, foram liquidadas 36 mil operações com um valor de 65.986 milhões de euros, o que representou um acréscimo quer da quantidade de operações, quer do seu montante, respectivamente 24,1% e 34,5%. As médias diárias demonstram que, de 2002 para 2003, ocorreu um aumento no número e valor dos pagamentos processados diariamente (mais 27 pagamentos por dia a que corresponde um crescimento do montante diário de 66,4 milhões de euros).

Nos sistemas de pagamento de retalho, as Transferências Electrónicas Interbancárias (TEIs), os Débitos Directos e o Multibanco registaram, mais uma vez, uma evolução bastante positiva, correspondente aos esforços do sistema bancário português no sentido de fomentar o uso dos instrumentos de pagamento electrónicos em detrimento

dos de suporte papel, como os cheques e os efeitos (cf. Gráfico I.1 e Gráfico I.2). Este facto é também confirmado pelas quantidade e valor dos cheques liquidados, que registaram uma redução importante, tendo sido processados em 2003 cerca de 200 milhões de cheques (menos 10,8 milhões que em 2002) correspondendo a 196.911,4 milhões de euros. Ainda assim, este instrumento de pagamento continua a ser o mais representativo em termos de valor processado, aproximadamente 65% dos montantes liquidados através do SICOI.

No que respeita ao sistema de Efeitos, verifica-se também a tendência de redução no uso deste instrumento, especialmente em quantidade. Em termos de número de operações registou-se uma diminuição de 0,98 milhões de efeitos (-17,5%) e uma contracção de 509 milhões de euros em valor (-12,3%).

Do total de operações liquidadas através do SICOI em 2003 (1.257,8 milhões de operações), cerca de 80% foram processadas através do subsistema Multibanco (cf. Quadro I.1 e I.2). Pela primeira vez desde o seu arranque, foram processadas, num ano, mais de mil milhões de operações, confirmando-se o Multibanco como um sistema de uso massificado, cada vez mais generalizado e de qualidade/segurança reconhecida.

No entanto, ao total de 1.005,1 milhões de operações, correspondem apenas 14,5% dos montantes processados (43.492,4 milhões de euros).

Relativamente ao subsistema TEI, registou-se em 2003 uma evolução bastante significativa, tendo sido compensadas 42,83 milhões de transferências electrónicas interbancárias, o que representa um crescimento de aproximadamente 40% face a 2002. No entanto, no que respeita aos montantes liquidados, o crescimento foi menos significativo, aproximando-se apenas dos 15%, atingindo, ainda assim, os 55.554,8 milhões de euros. De realçar que se verificou uma ligeira redução dos valores médios das operações processadas, tendo diminuído de 1.577,28 euros em 2002 para 1.297,1 euros em 2003 (cf. Quadro I.4).

No ano de 2003 o sistema de Débitos Directos (SDD), por ser recente e estar ainda em fase de lançamento, registou mais uma vez, uma taxa de crescimento muito superior às de outros subsistemas. Pela primeira vez desde o seu arranque em 2001, foram processadas, num ano, mais de 5 milhões de operações através deste sistema. O SDD processou em 2003 aproximadamente 5,19 milhões de operações, com um valor total de 1.343,3 milhões de euros, o que representa, face a 2002, um crescimento de quantidades e de valores compensados na ordem dos 231% e 158,9% respectivamente.

No âmbito das cobranças bancárias, foram desenvolvidas ao longo do ano de 2003 uma série de acções que visaram por um lado promover e optimizar o SDD e, por outro, regulamentar adequadamente as cobranças por débito em conta independentemente do sistema, meio ou processo de cobrança utilizado. Neste âmbito foi emitido o Aviso n.º 10/2003, de 17 de Setembro de 2003, o qual define o quadro regulamentar relativo às

cobranças por débito em conta de depósitos, clarificando e uniformizando os direitos e deveres das partes envolvidas.

Face às claras vantagens introduzidas pelo SDD, quer para as instituições de crédito, quer para os credores e devedores, o sistema bancário português tem procurado que este moderno instrumento adquira no nosso país uma importância equivalente à registada noutros países da União Europeia, onde é, globalmente, o sistema de pagamentos com maiores quantidades processadas. Neste âmbito, perspectiva-se inclusivamente que, a prazo, seja criada uma interligação entre o SDD e os sistemas congéneres europeus.

Gráfico I.1

Quantidade global, em percentagem (%) do Sistema de Liquidação Interbancária (SPGT e SICOI)

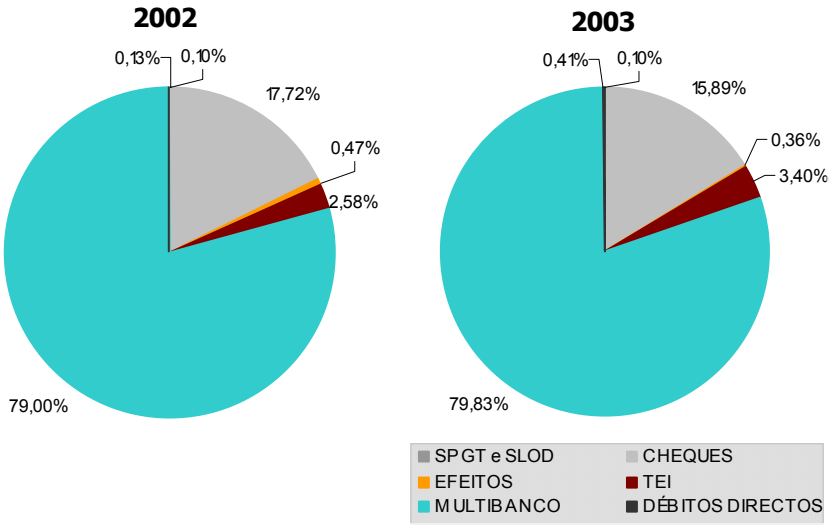
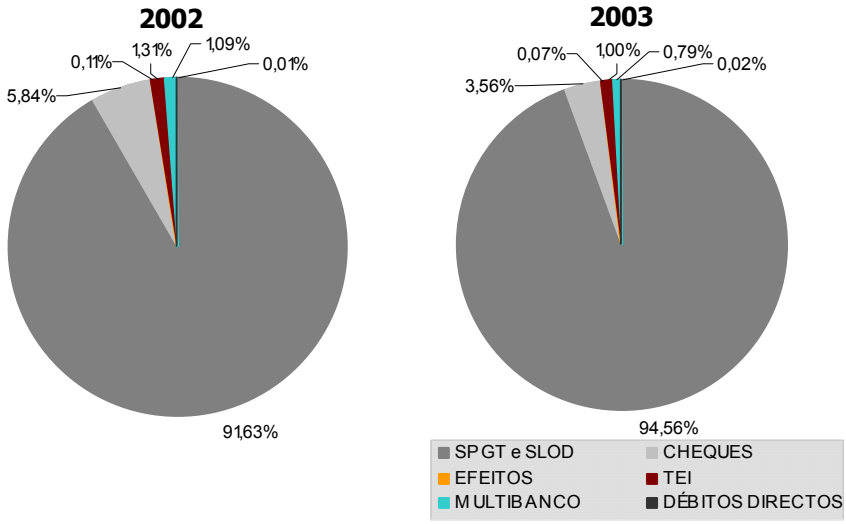


Gráfico I.2

Valor global, em percentagem (%) do Sistema de Liquidação Interbancária (SPGT e SICOI)



Como se tem feito sentir nos últimos anos, registou-se em 2003 uma nova redução do número de participantes directos no Sistema de Liquidação Interbancária e um aumento de participantes indirectos (cf. Quadro I.3), reflectindo, assim, o processo de fusão e consolidação do sector bancário. Com efeito, os dados sobre a participação no Sistema de Liquidação Interbancária, para o final de 2003, evidenciam o aumento dos participantes indirectos em 10 instituições e o decréscimo dos participantes directos em 12 instituições, face ao ano anterior. De notar que entre 2002 e 2003, foi registado um aumento do número total de instituições participantes no SPGT e no SICOI, registando-se, no entanto, uma diminuição assinalável no SLOD. No que respeita aos participantes no SICOI, apenas no subsistema de cheques se registou uma redução do número de participantes directos. De realçar ainda que todos os subsistemas registaram um aumento do número total de participantes (directos ou indirectos).

Quadro I.3

Participantes no Sistema de Liquidação Interbancária

	Ano 2002		Ano 2003	
	Directos	Indirectos	Directos	Indirectos
Liquidação por Bruto				
SPGT	37	-	39	-
SLOD	143	-	125	-
Liquidação por Compensação - SICOI				
CHEQUES	31	25	29	29
EFEITOS	21	14	21	15
TEI	38	17	39	19
DÉBITOS DIRECTOS	20	7	25	10
MULTIBANCO	23	8	23	8
Total	**313**	**71**	**301**	**81**

O Quadro I.4 evidencia um decréscimo do valor médio por instrumento/operação liquidada através dos sistemas de TEI, Cheques e Débitos Directos. No SPGT, o valor médio por operação liquidada cresceu 37,94%, enquanto no SLOD se registou um aumento de 8,36%. No sistema de Efeitos, o aumento do valor médio por operação liquidada foi de 6,39%. No que respeita ao sistema Multibanco o montante médio por operação manteve-se estável, não registando alterações de assinalar face a 2002 (valor médio de 43 euros por operação).

Quadro I.4

Valor médio por instrumento de pagamento

(*em EUR*)

	2002	2003	Variação (%)
Liquidação por Bruto	**2 883 323**	**3 959 392**	**37,32**
SPGT	2 913 594	4 018 919	37,94
SLOD	1 691 541	1 832 944	8,36
Liquidação por Compensação - SICOI	**260**	**239**	**-7,86**
CHEQUES	1 021	984	-3,67
EFEITOS	745	793	6,39
TEI	1 577	1 297	-17,76
DÉBITOS DIRECTOS	331	259	-21,78
MULTIBANCO	43	43	1,07
Total	**3 097**	**4 396**	**41,97**

Caixa 1
Evolução dos instrumentos de pagamento em Portugal

No espaço de treze anos (1989-2002), a utilização dos meios monetários e dos instrumentos de pagamento em Portugal teve uma viragem significativa (cf. Gráfico I.3). Assim, o rácio notas e moedas (em valor) relativamente ao PIB, passou de 6,8% em 1989 para 3,4% em 2002, revelando uma preferência crescente por meios e instrumentos de pagamento escriturais e electrónicos.

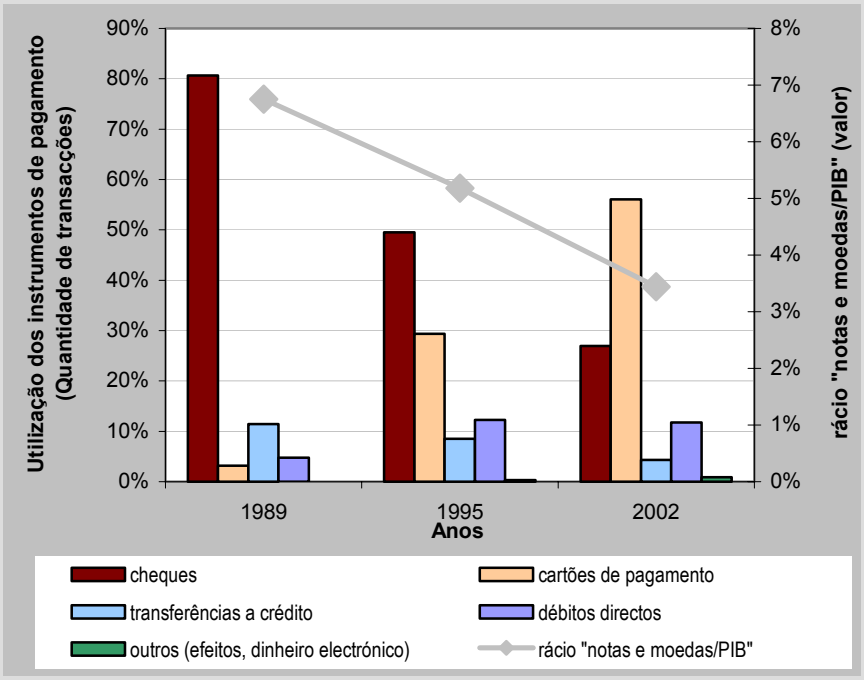
Relativamente ao uso dos instrumentos de pagamento escriturais/electrónicos, saliente-se a inversão da posição relativa dos cheques e dos cartões de pagamento. De facto, estes dois instrumentos de pagamento têm sido privilegiados pelos portugueses. Em 1989, os cheques representavam 81% da quantidade total dos instrumentos de pagamento escriturais e passaram a representar somente 24% em 2002, enquanto os cartões de pagamento (débito e crédito), que tinham um peso relativo de apenas 3% em 1989, representavam já 58% em 2002. Estes dados confirmam a utilização crescente dos instrumentos de pagamento electrónicos.

A evolução dos instrumentos de pagamento em Portugal foi impulsionada por vários factores. O mais determinante foi a adopção da cooperação interbancária como pilar para o desenvolvimento das infra-estruturas de pagamentos em Portugal, de que a SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços (fundada em 1983) e a rede Multibanco por si desenvolvida, são o expoente mais significativo. Esta estratégia de cooperação interbancária tem funcionado com sucesso desde o início da década de 80, quando grande parte da banca ainda estava nacionalizada, até aos dias de hoje, em que assumem uma importância crescente os factores concorrência e diferenciação. Desta forma, foi possível assistir ao rápido desenvolvimento e modernização dos sistemas de pagamentos em Portugal.

Os marcos mais relevantes no desenvolvimento dos instrumentos e sistemas de pagamentos em Portugal foram, principalmente: (1) a criação do serviço Multibanco em 1985; (2) o início da compensação electrónica interbancária (cheques) em 1989; (3) o início da utilização da via verde nas auto-estradas em 1991; (4) a implementação do sistema de Transferências Electrónicas Interbancárias em 1992; (5) a criação do Porta Moedas Multibanco em 1995; (6) a entrada em funcionamento do SPGT em 1996; (7) a extinção da Compensação Tradicional em 1998; (8) a ligação do SPGT ao TARGET em 1999, (9) a disponibilização do Sistema de Débitos Directos em 2000 e (10) entrada em funcionamento da Circulação Interbancária de Imagens de Cheques e extinção dos Centros de Troca Física de documentos, em 2003.

Gráfico I.3

Evolução dos instrumentos de pagamento em Portugal



Capítulo II

Sistemas de Liquidação Por Bruto

SPGT

Tendo iniciado o seu pleno funcionamento em 30 de Setembro de 1996, o **Sistema de Pagamentos de Grandes Transacções** (SPGT) passou a ser um dos 15 sistemas nacionais de liquidação por bruto em tempo real que integram o TARGET desde 4 de Janeiro de 1999. O objectivo principal deste sistema transnacional é disponibilizar uma plataforma comum para processar eficientemente os movimentos relativos à política monetária e permitir pagamentos *cross-border* em euros (transferências interbancárias e de clientes) entre os países da União Europeia.

No SPGT são processados obrigatoriamente todos os pagamentos domésticos com valor unitário superior a um determinado valor (pagamentos de grande montante), permitindo desta forma assegurar adequadamente a contenção do risco sistémico (crédito e liquidez) no sistema de pagamentos português.

Sem grandes mudanças programadas para o ano 2003, no que se refere aos serviços básicos disponibilizados pelo SPGT são, no entanto, de referir algumas alterações introduzidas na sua infra-estrutura, designadamente, a migração das comunicações BP/SIBS para TCP/IP, a evolução para versões de software mais actualizadas nas plataformas do Sistema Informático Central do BP/SPGT e ainda o acompanhamento da implementação da infra-estrutura SWIFTNet.

No que se refere à *release* 2003 do TARGET, esta entrou em funcionamento nos diversos SLBTR[4] que constituem o sistema no dia 17 de Novembro, contemplando apenas uma alteração: a descontinuação da Norma IL100 (acompanhando, desta forma, a extinção deste *standard* ocorrida, na mesma data, na rede SWIFT), cuja utilização foi abandonada e substituída com vantagem pela Norma IL103, com maior capacidade de transmissão de informação e já em utilização para os pagamentos comerciais de clientes. A par desta alteração, efectuada na componente TARGET/Interlinking, foi também introduzida na rede doméstica uma versão actualizada da Aplicação de Tesouraria (AT).

Relativamente aos procedimentos de contingência definidos, foram realizados testes regulares, tanto no espaço doméstico como no espaço transnacional. Em relação à vertente transnacional, foram efectuadas sessões de testes de contingência, em produção, com os outros Bancos Centrais Nacionais, nos meses de Março, Setembro e Dezembro, com recurso à utilização de canais alternativos de comunicação. Paralelamente, no espaço doméstico e à semelhança dos anos anteriores, foram também realizados testes periódicos do circuito de emergência (via SWIFT e fax) com os participantes SPGT.

Internamente, a monitorização e gestão do sistema foi efectuada, uma vez em cada trimestre, a partir da 2ª sala de controlo do SPGT, prosseguindo assim o objectivo de manutenção de um espaço de contingência que possibilite a gestão do sistema, em caso

[4] Sistema de Liquidação por Bruto em Tempo Real, em inglês corresponde à designação Real Time Gross Settlement System (RTGS).

de avaria da sala principal de controlo do SPGT.

Ainda no contexto dos procedimentos de contingência e prosseguindo o objectivo da manutenção da continuidade de negócio, em caso de disrupção grave no centro de processamento de dados principal, foi feito o acompanhamento do desenvolvimento do Plano de Continuidade de Negócio – na parte relativa à definição dos procedimentos operacionais de recuperação do SPGT -, no âmbito da instalação do centro alternativo de processamento de dados, cuja conclusão estava prevista para o início do segundo trimestre de 2004.

Também durante o ano de 2003, foi conduzida uma análise de riscos do TARGET. Esta análise, completa e exaustiva, incidiu sobre todos os componentes do sistema, de acordo com a nova metodologia aprovada pelo SEBC[5]. A referida metodologia visa a avaliação e o controlo dos desvios, em cada SLBTR, relativamente aos padrões de segurança previamente definidos.

Relativamente às publicações divulgadas pelo BCE, refira-se a edição, em Abril, do "Relatório Anual do TARGET de 2002", com informação sobre o desempenho técnico e operacional e os desenvolvimentos efectuados e previstos, as relações com os utilizadores do sistema, um novo esquema de compensação para prejuízos causados por falhas de funcionamento, a estrutura de superintendência do sistema, as implicações do alargamento da UE e o desenvolvimento do TARGET2. Ainda no capítulo das publicações, em Julho, foi divulgada a nova versão do "Information guide for credit institutions using TARGET", com actualizações relativas ao novo esquema de compensação para situações de falha de funcionamento do sistema - em vigor desde 1 de Julho de 2003 -, recomendações relativas ao processamento dos pagamentos em euros no sistema CLS e ainda procedimentos de gestão em caso de incidentes.

Por último, refira-se que, na sequência da tomada de decisão pelo Conselho de Governadores, no final de 2002, sobre a estratégia de longo prazo para o TARGET, o ano de 2003 foi marcado pelo estudo e configuração da próxima geração do sistema, designado por TARGET2. Neste contexto, são de mencionar como factos mais relevantes: (i) a divulgação dos resultados da consulta pública anunciada em 16 de Dezembro de 2002 e cujos contributos foram recebidos no SEBC até 25 de Abril de 2003; (ii) as várias reuniões com os grupos bancários europeus, na égide do EPC e do TARGET Working Group (TWG), visando a definição dos requisitos de base para o futuro sistema; (iii) as reuniões e consultas a nível nacional, com os principais bancos, prosseguindo o mesmo objectivo; (iv) a apresentação da proposta conjunta dos bancos centrais da Alemanha, da França e da Itália para fornecimento de uma plataforma única (*Single Shared Platform* - SSP) a partilhar pelos Bancos Centrais Nacionais que queiram abdicar dos seus SLBTR; (v) a discussão sobre as questões de financiamento e governação do futuro sistema e a definição das primeiras versões dos serviços de base a disponibilizar pelo TARGET2; e (vi) a planificação do pré-projecto para o

[5] Sistema Europeu de Bancos Centrais

desenvolvimento e implementação, tendo como meta desejada o arranque em 1 de Janeiro de 2007.

Em 2003, o SPGT processou cerca de 1,29 milhões de operações, com um montante de 5.168.330 milhões de euros, o que representa um aumento de 12,6% na quantidade e de 55,4% no valor processado (cf. Quadro I.1).

Gráfico II.1

Evolução em quantidade de operações domésticas e transnacionais no SPGT

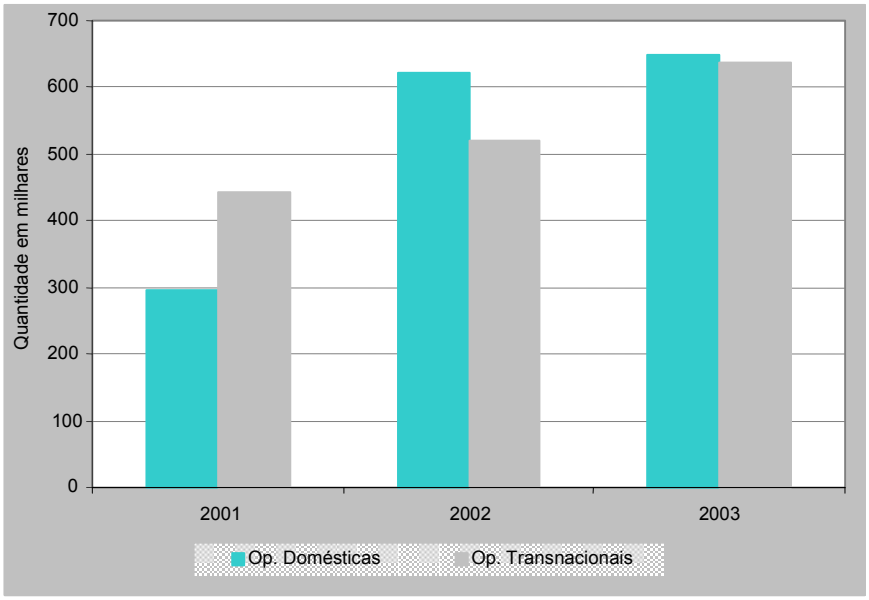


Gráfico II.2

Quantidade de operações domésticas e transnacionais no SPGT (%)

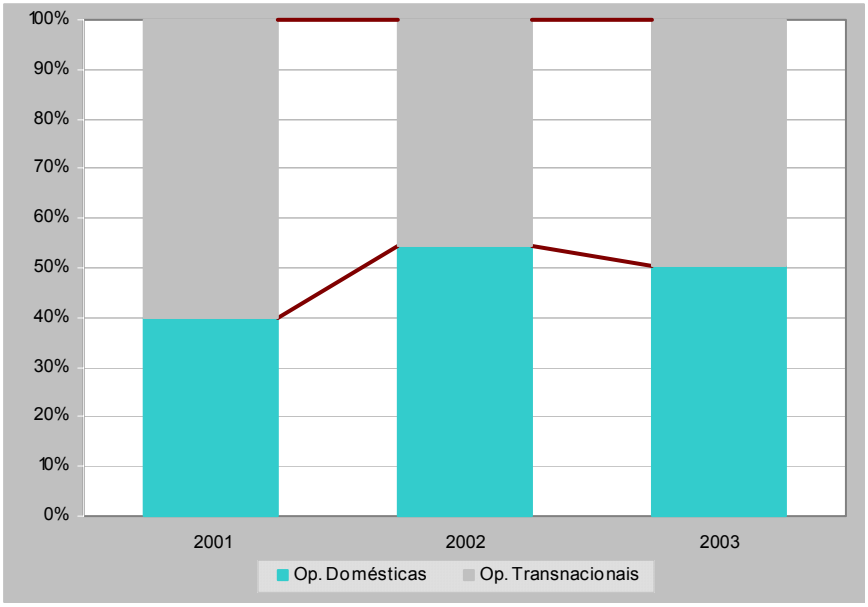


Gráfico II.3

Evolução em valor de operações domésticas e transnacionais no SPGT

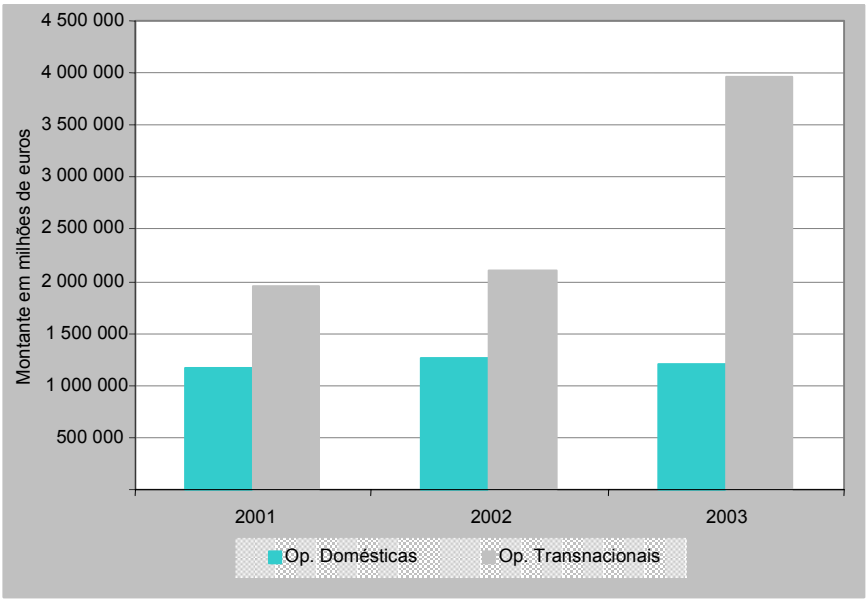
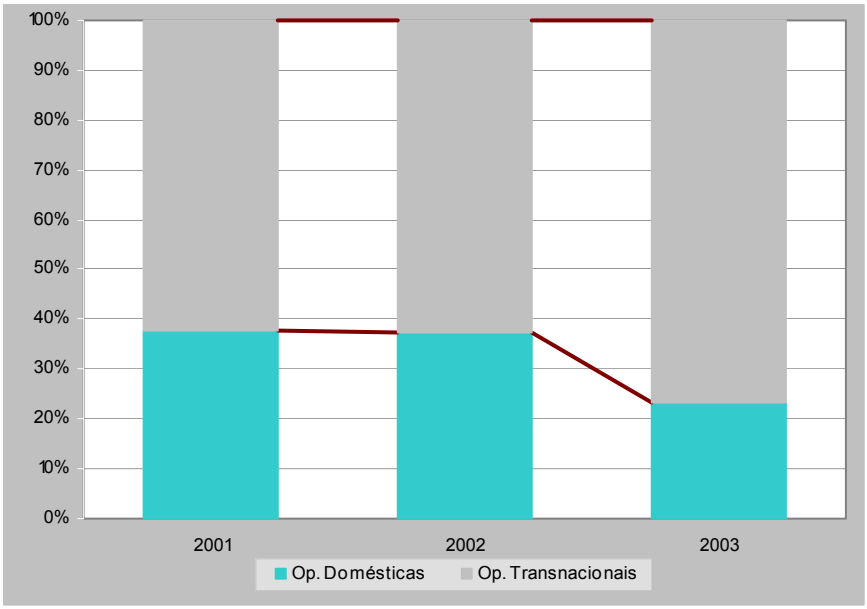


Gráfico II.4

Valor das operações domésticas e transnacionais no SPGT (%)



Através do SPGT são processadas operações domésticas e transnacionais, sendo as últimas, até ao ano de 2001, em número claramente superior às primeiras. No entanto, no ano de 2002, face, entre outros aspectos, a alterações do limite de grande montante, registou-se um crescimento significativo no número de operações domésticas processadas, passando estas a representar mais de 50% das quantidades liquidadas e perto de 40% dos montantes (cf. Gráfico II.1, II.2, II.3 e II.4). Ao longo do ano de 2003, registou-se um novo aumento relativo do número de operações transnacionais, registando-se assim um quase equilíbrio entre ambas (o número das operações domésticas supera apenas ligeiramente os das operações

transnacionais). Registou-se, no entanto, uma redução do peso relativo dos montantes envolvidos nas operações domésticas, caindo para pouco mais de 20% do total de montantes processados através do SPGT.

De qualquer modo, as operações transnacionais registaram, em 2003, um aumento idêntico ao de anos anteriores, acompanhando desta forma a tendência europeia. Este aumento deve-se principalmente ao crescimento expressivo do volume de pagamentos de clientes no SPGT (seguindo uma tendência observável em outros SLBTRs do TARGET). Pelo contrário, as operações domésticas, depois do impulso registado no ano de 2002, voltaram a registar um crescimento, mas menos significativo (cf. Quadros II.4, II.5 e II.9).

Em 2003 foram processados 650 mil pagamentos domésticos, a que corresponde um aumento de 4,5% face ao ano de 2002 (o aumento neste mesmo ano tinha atingido os 110,5%), e 636 mil pagamentos transnacionais que por sua vez representam um aumento de 22,3%. Desta forma, o SPGT registou, no ano de 2003, um aumento de 145 mil operações processadas (12,7%). No que concerne aos montantes envolvidos, os pagamentos domésticos e transnacionais registaram uma diminuição de 1% (menos 11.648 milhões de euros) e um aumento de 88,2% (mais 1.853.420 milhões de euros), respectivamente.

A grande variação ocorrida nos montantes processados, no segmento transnacional, é consequência do aumento de valor registado nos pagamentos interbancários transaccionados. Este crescimento é explicado, principalmente, pelo aumento de actividade de um participante SPGT, com especial incidência durante o segundo semestre de 2003 e que, só por si, representou aproximadamente 41% do valor global anual deste segmento. O impacto deste aumento é claramente observado na variação da média global diária dos montantes transaccionados nos fluxos transnacionais que cresce de 8.240 para 15.508 milhões de euros (cf. Quadro I.2).

Relativamente às quantidades processadas, os factores que contribuíram para o crescimento, embora moderado, verificado nos fluxos domésticos, foram:

(a) a introdução, em Setembro, da liquidação por bruto dos Débitos Directos de Grande Montante (montante igual ou superior a 100 mil euros);

(b) a implementação, em Novembro, do interface com a Clearnet/Centrale des Règlements Interbancaires (CRI) que implicou o aumento da quantidade de operações liquidadas numa base individual, a partir da mesma data, com origem no Sistema de Liquidação Real Time da Euronext Lisbon.

Como facto relevante na actividade do SPGT, é de considerar a obtenção, em Dezembro, de máximos de processamento, tanto nos valores transaccionados (no dia 23, a atingir os 43.435 milhões de euros) como nas quantidades (no dia 29, com o processamento de 9.538 operações). Associado a este facto, é também de salientar a evolução positiva

que se verificou durante o ano, nos tempos médios de liquidação, obtidos no período do dia com maior concentração de operações (entre as 09:30 e as 10:00 horas), com especial incidência em Dezembro, em que foram atingidos, em média, tempos de liquidação/processamento por operação, na ordem dos 22 centésimos de segundo.

Analisando pormenorizadamente as operações domésticas (aquelas que originam uma ordem de pagamento e/ou recebimento com impacto exclusivo em contas de liquidação do participante SPGT e/ou SLOD), podemos referir que em 2003, a maioria destas operações foi proveniente dos sistemas de origem do Banco de Portugal (66,5% em quantidade e 51,6% em valor). As mesmas corresponderam, no essencial, à liquidação dos saldos dos sistemas de compensação, às operações processadas pelo sistema de mercados do Banco de Portugal, às operações de Bolsa e ainda à liquidação dos cheques e débitos directos de grande montante[6].

[6] Consideram-se cheques e débitos directos de grande montante os de valor unitário igual ou superior a 100 mil euros.

Quadro II.1

Movimento global do SPGT – Operações domésticas em 2003

(*Quantidade em unidades e Valor em milhões de EUR*)

	Operações dos sistemas de origem do BP		Operações ordenadas pelo canal SPGT		**Total de Operações Domésticas**	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Janeiro	41 803	53 772,9	17 486	44 525,1	59 289	98 298,0
Fevereiro	35 969	52 529,3	15 535	40 803,4	51 504	93 332,7
Março	31 976	53 515,4	16 229	39 076,4	48 205	92 591,8
Abril	31 983	54 757,2	17 253	36 864,4	49 236	91 621,6
Maio	33 800	62 645,5	18 747	49 284,8	52 547	111 930,3
Junho	34 193	52 323,5	17 682	50 657,6	51 875	102 981,1
Julho	37 447	47 039,1	21 459	65 716,8	58 906	112 755,9
Agosto	32 096	47 101,5	16 656	43 630,3	48 752	90 731,9
Setembro	34 233	47 255,7	17 911	41 107,4	52 144	88 363,1
Outubro	36 074	52 356,9	19 591	66 295,3	55 665	118 652,2
Novembro	38 256	49 142,2	18 038	45 917,5	56 294	95 059,6
Dezembro	44 770	54 228,4	21 177	63 148,4	65 947	117 376,8
Total	**432 600**	**626 667,6**	**217 764**	**587 027,4**	**650 364**	**1 213 695,0**
Média Diária	*1 696*	*2 457,5*	*854*	*2 302,1*	*2 550*	*4 759,6*
Por Memória (2002):						
Total	***421 275***	***673 520,8***	***200 462***	***551 822,5***	***621 737***	***1 225 343,3***
Média Diária	*1 652*	*2 641,3*	*786*	*2 164,0*	*2 438*	*4 805,3*

As operações domésticas ordenadas pelos participantes através do canal SPGT incluem as transferências interbancárias de banco para banco, por conta de clientes e de/para o Tesouro, tendo atingido 217.764 transacções e 587.027,4 milhões de euros em 2003 (cf. Quadro II.1).

Neste total de operações domésticas estão, ainda, incluídos cerca de 262 mil cheques de grande montante, com um valor de 113.901 milhões de euros (cf. Quadro II.2). Isto significa que, em 2003, foi liquidada uma média diária de 1.052 cheques de grande montante, correspondentes a 457,4 milhões de euros por dia. Estes números evidenciam uma estabilização face ao ano de 2002, em que se registou um forte crescimento face ao ano anterior, intimamente ligado à alteração do limite de grande montante do SPGT

O mês em que foi processada uma maior quantidade de cheques de grande montante foi Dezembro, embora Janeiro e Julho tenham envolvido um maior valor de liquidação. De referir que das 262 mil operações processadas, cerca de 2,2 mil correspondem a devoluções de cheques de grande montante (aproximadamente 0,8% dos apresentados).

Quadro II.2

Cheques de grande montante em 2003

(*Quantidade em unidades e Valor em milhões de EUR*)

	Apresentados		Devolvidos[1]		**Total**	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Janeiro	24 292	10 701,0	275	93,1	24 567	10 794,2
Fevereiro	20 071	8 929,4	140	70,0	20 211	8 999,4
Março	19 562	8 645,1	133	98,0	19 695	8 743,1
Abril	19 592	8 556,0	123	29,3	19 715	8 585,3
Maio	19 894	8 668,4	116	53,9	20 010	8 722,4
Junho	20 664	9 503,6	168	57,8	20 832	9 561,4
Julho	23 999	10 489,6	227	126,8	24 226	10 616,4
Agosto	19 762	8 507,2	159	60,6	19 921	8 567,8
Setembro	21 522	9 316,6	118	24,9	21 640	9 341,5
Outubro	23 533	10 091,7	191	90,8	23 724	10 182,5
Novembro	21 108	9 165,4	244	65,4	21 352	9 230,7
Dezembro	25 885	10 479,2	288	77,2	26 173	10 556,4
Total	**259 884**	**113 053,1**	**2 182**	**847,9**	**262 066**	**113 901,0**
Média Diária	*1 044*	*454,0*	*9*	*3,4*	*1 052*	*457,4*
Por Memória (2002):						
Total	***251 849***	***122 671,8***	***2 201***	***1 289,9***	***254 050***	***123 961,7***
Média Diária	*1 011*	*492,7*	*9*	*5,2*	*1 020*	*497,8*

(1) Inclui as devoluções e as devoluções de devoluções

Quadro II.3

Movimento global do SPGT – Operações transnacionais em 2003

(*Quantidade em unidades e Valor em milhões de EUR*)

	Operações enviadas para o TARGET		Operações recebidas do TARGET		**Total de Operações Transnacionais**	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Janeiro	25 163	106 837,4	22 899	105 458,4	48 062	212 295,8
Fevereiro	25 382	96 449,1	22 204	96 276,0	47 586	192 725,1
Março	26 855	96 587,1	23 735	96 288,3	50 590	192 875,4
Abril	26 053	113 459,4	24 138	112 797,2	50 191	226 256,6
Maio	31 438	120 967,7	25 457	120 492,2	56 895	241 459,9
Junho	27 266	150 171,7	24 685	151 170,2	51 951	301 341,9
Julho	30 207	206 797,6	28 209	206 316,5	58 416	413 114,0
Agosto	24 086	142 622,8	22 683	142 334,9	46 769	284 957,7
Setembro	30 152	160 360,9	26 540	162 411,9	56 692	322 772,8
Outubro	32 925	270 610,4	30 233	268 760,3	63 158	539 370,7
Novembro	27 499	270 179,7	25 000	269 379,2	52 499	539 558,9
Dezembro	27 531	239 942,7	25 693	247 963,6	53 224	487 906,3
Total	**334 557**	**1 974 986,4**	**301 476**	**1 979 648,7**	**636 033**	**3 954 635,1**
Média Diária	*1 312*	*7 745,0*	*1 182*	*7 763,3*	*2 494*	*15 508,4*
Por Memória (2002):						
Total	***270 632***	***1 050 958,4***	***249 277***	***1 050 256,8***	***519 909***	***2 101 215,2***
Média Diária	*1 061*	*4 121,4*	*978*	*4 118,7*	*2 039*	*8 240,1*

As operações transnacionais são as ordenadas por/ou a favor de um participante SPGT e originam um pagamento/recebimento em euros numa conta de liquidação num banco central nacional (BCN) da UE. O SPGT enviou 334.557 operações para o TARGET e recebeu

301.476 pagamentos do TARGET, os quais representam um crescimento de 24% e 21% respectivamente. As operações enviadas para o TARGET ascenderam a 1.974.986,4 milhões de euros e aquelas recebidas atingiram 1.979.648,7 milhões de euros, o que, em ambos os casos, representa um crescimento de aproximadamente 88% (cf. Quadro II.3).

Nas operações transnacionais enviadas para o TARGET pelo SPGT (cf. Quadro II.4), a repartição é idêntica à das operações recebidas, mas com um peso mais significativo das operações de clientes. Assim, as transacções interbancárias asseguraram 35,1% do número de operações e 97,7% do seu valor, enquanto os pagamentos de clientes foram responsáveis por 64,8% da quantidade e 1,27% do valor, correspondendo a parte remanescente a transferências entre BCNs.

Dos pagamentos transnacionais recebidos do TARGET no SPGT, 97,5% em termos de valor e 41,8% em termos de quantidade corresponderam a transacções interbancárias (cf. Quadro II.5). Os pagamentos de clientes foram responsáveis por 58,1% da quantidade, mas apenas por 2,5% do valor. O restante foi contributo dos pagamentos inter-BCNs.

O valor médio dos pagamentos de clientes recebidos no SPGT (283,6 mil euros) foi superior ao resultante dos pagamentos de clientes enviados via SPGT (115,3 mil euros). No que respeita ao valor médio dos pagamentos de clientes registou-se uma redução assinalável, quer nos valores recebidos através do SPGT (7,2%), quer nos enviados (18,3%). O aumento registado nas médias diárias demonstra ainda a expansão dos pagamentos transnacionais, confirmado ainda pelo valor total das operações, que registou, principalmente nas operações interbancárias, um crescimento de 89,9% nas enviadas e 91,4% nas recebidas.

Quadro II.4

Operações transnacionais enviadas para o TARGET pelo SPGT

(*Quantidade em unidades e Valor em milhões de EUR*)

	Ano 2002		Ano 2003		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Interbancárias	102 077	1 026 684,3	117 509	1 949 273,9	15,1	89,9
Clientes	168 307	23 741,3	216 909	25 003,2	28,9	5,3
Inter-BCNs	248	532,7	139	709,2	-44,0	33,1
Total	**270 632**	**1 050 958,3**	**334 557**	**1 974 986,3**	**23,6**	**87,9**
Média Diária	*1 061*	*4 121,4*	*1 312*	*7 745,0*	*23,6*	*87,9*

Quadro II.5

Operações transnacionais recebidas do TARGET no SPGT

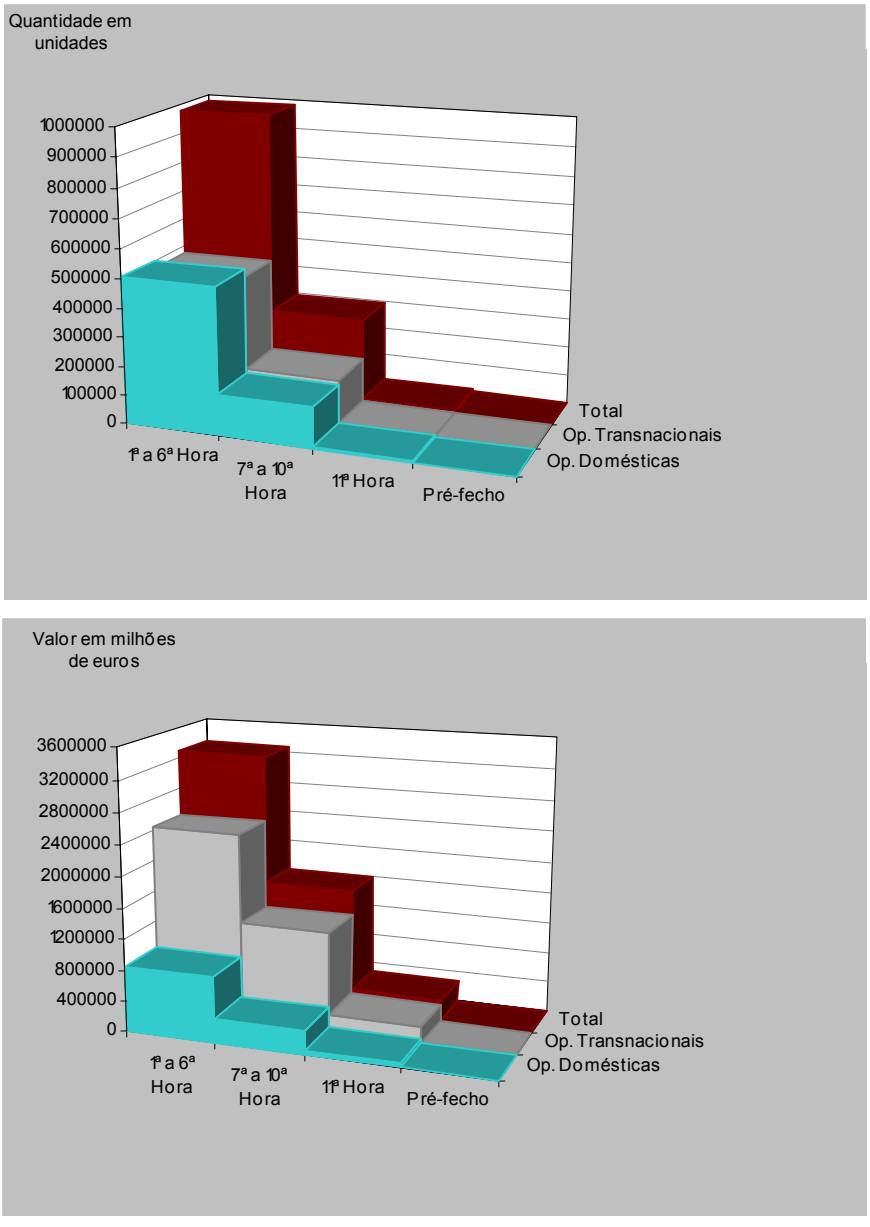
(*Quantidade em unidades e Valor em milhões de EUR*)

	Ano 2002		Ano 2003		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Interbancárias	112 385	1 008 274,0	126 069	1 929 764,9	12,2	91,4
Clientes	136 582	41 736,5	175 221	49 687,6	28,3	19,1
Inter-BCNs	310	246,3	186	196,3	-40,0	-20,3
Total	**249 277**	**1 050 256,8**	**301 476**	**1 979 648,8**	**20,9**	**88,5**
Média Diária	*978*	*4 118,7*	*1 182*	*7 763,3*	*20,9*	*88,5*

O preçário do SPGT estabelece preços diferenciados consoante os períodos de liquidação das operações. Esta diferenciação por períodos de liquidação visa a redução do risco sistémico, penalizando as operações liquidadas tardiamente e incentivando, desse modo, os participantes no sistema a liquidar as suas operações o mais cedo possível. Esta solução procura evitar a acumulação de pagamentos no período de pré-fecho e prevenir a insuficiência de liquidez nas primeiras horas do dia seguinte (cf. Quadro II.6 e Gráfico II.5). Os dados permitem concluir que durante o ano de 2003, nas primeiras 6 horas de funcionamento (entre as 6 horas da manhã e as 12 horas), foram processados 76,4% das quantidades e 63,6% dos valores dos pagamentos. No final da 10ª hora de funcionamento, o SPGT já tinha liquidado 99,2% dos pagamentos processados e 94,6% do seu montante.

Gráfico II.5

SPGT – Liquidação de operações por período de funcionamento em 2003



Quadro II.6

SPGT – Liquidação de operações por período de funcionamento em 2003

	Domésticas		Transnacionais		Total	
	Quantidade (%)	Valor (%)	Quantidade (%)	Valor (%)	Quantidade (%)	Valor (%)
Período Normal[1]						
1ª à 6ª Hora	*77,7*	*69,5*	*75,1*	*61,8*	*76,4*	*63,6*
7ª à 10ª Hora	*21,5*	*25,8*	*24,1*	*32,6*	*22,8*	*31,0*
Período Interbancário						
11ª Hora	*0,8*	*4,7*	*0,7*	*5,6*	*0,8*	*5,3*
Período Pré-Fecho	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

[1] Transferências Interbancárias e de Clientes.

SLOD

O **Sistema de Liquidação de Outros Depositantes** (SLOD) foi criado com o objectivo de manter as facilidades de acesso a contas do Banco de Portugal por parte das instituições não elegíveis como participantes no SPGT. O SLOD engloba assim os depositantes do Banco de Portugal que não participam no SPGT por não cumprirem os requisitos mínimos, necessariamente mais exigentes e selectivos. Este sistema registou um crescimento importante no que respeita à quantidade de operações processadas (24,1%) e ao montante envolvido nas operações (34,5%). Este comportamento conduziu a um aumento do valor médio unitário dos pagamentos SLOD de 1.691.541 euros em 2002 para 1.832.944 euros em 2003, o que corresponde a um crescimento de aproximadamente 8,4% (cf. Quadro I.4). A evolução referida reflecte-se também nos valores das médias diárias, que aumentaram, tanto em quantidade como em valor. No final de 2003, o SLOD tinha 125 participantes, comparando com 143 no final de 2002.

TARGET

No que respeita à evolução do TARGET em 2003, o Conselho de Governadores do BCE aprovou, em Janeiro desse ano, a estrutura de superintendência do TARGET, definindo as responsabilidades dos Bancos Centrais Nacionais e do BCE relativamente aos vários componentes do sistema e as competências orgânicas no que respeita à operação e à superintendência do sistema. A estrutura em apreço do TARGET visa a contínua vigilância da compatibilidade do sistema com os padrões e os princípios fundamentais adoptados no funcionamento dos sistemas de pagamentos sistemicamente importantes. Está a decorrer um processo de avaliação dos componentes do TARGET, tendo em consideração a compatibilização com os *Core Principles*, adoptados pelo Conselho de Governadores em Janeiro de 2001, para os sistemas de pagamentos sistemicamente importantes.

Entretanto, prosseguiram os trabalhos de preparação do projecto TARGET2, tendo sido divulgados, em Julho, os resultados da consulta pública sobre os princípios e estrutura daquele sistema, que se prevê estar operacional a partir de Janeiro de 2007. O TARGET2 funcionará, muito provavelmente, na base de uma plataforma operativa/tecnológica única, cuja construção será desenvolvida a partir de uma proposta apresentada pelos bancos centrais da Alemanha, da França e da Itália.

Em 2003, o **TARGET** foi responsável pelo processamento de 57,8% dos pagamentos liquidados através de sistemas interbancários de pagamentos de grandes montantes em euros e por 86,9% do montante total, evidenciando assim uma ligeira redução do peso relativo do TARGET em termos de quantidade, em favor, principalmente, do EURO1 da EBA (cf. Quadro II.7 e Gráfico II.6).

Ao longo de 2003, o TARGET esteve encerrado no dia de Ano Novo, Sexta-Feira Santa, segunda-feira a seguir à Páscoa, 1º de Maio (Dia do Trabalhador), dia de Natal e dia 26 de Dezembro, assim como nos sábados e nos domingos, conforme o definido no seu calendário.

Também ao nível da utilização do TARGET, é de salientar o diálogo permanente entre o BCE e BCNs e os bancos participantes, tendo sido realizadas reuniões regulares com os grupos de utilizadores nacionais. Além disso, durante o ano de 2003 foram realizadas, ao nível do Eurosistema, duas reuniões do Grupo de Contacto sobre a Estratégia dos Pagamentos em Euros (COGEPS), onde se incluiu a discussão de algumas questões relacionadas com o TARGET. Estas reuniões visam uma maior capacidade de resposta dos BCNs e do BCE às necessidades manifestadas pelos participantes no mercado.

Quadro II.7

Instruções de pagamento processadas pelo TARGET e outros sistemas de transferência de fundos interbancários de grande montante da zona euro

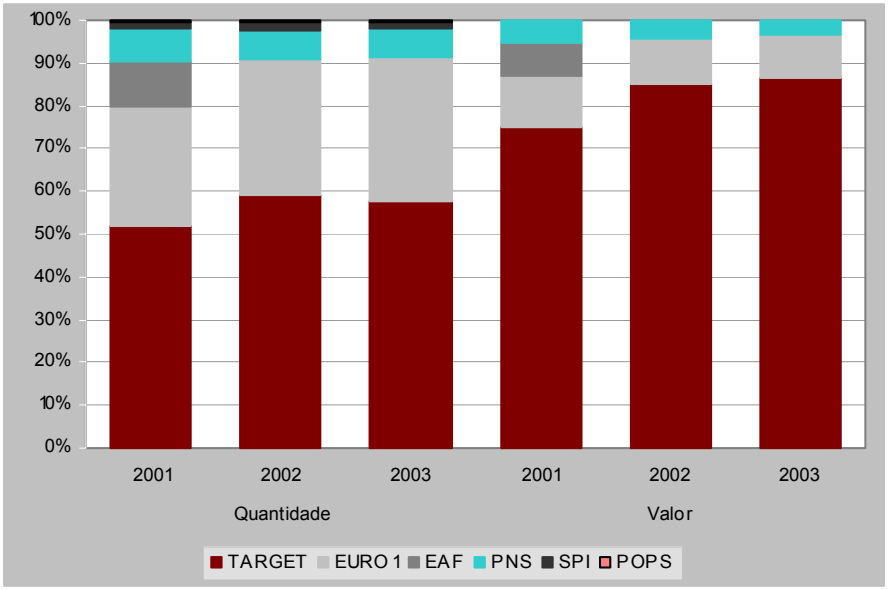
(*Quantidade em milhares e Valor em mil milhões de EUR*)

	2001		2002		2003	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
TARGET	**53 665,6**	**330 030**	**64 519,0**	**395 636**	**66 608,0**	**420 749**
Domésticos	*42 166,2*	*201 428*	*50 785,3*	*271 914*	*51 354,9*	*283 870*
Transnacionais	*11 499,4*	*128 602*	*13 733,7*	*123 722*	*15 253,1*	*136 879*
EURO 1	28 632,7	52 034	34 400,7	47 996	38 851,6	44 734
EAF (Alemanha)	11 014,0	35 026	-	-	-	-
PNS (França)	8 004,0	22 324	7 569,9	19 967	7 332,0	17 976
SPI (Espanha)	1 365,2	361	1 776,0	304	1 780,2	305
POPS (Finlândia)	738,5	415	660,9	392	611,6	425
Total	**103 419,9**	**440 190**	**108 926,4**	**464 294**	**115 183,5**	**484 189**
Média Diária	*407,2*	*1 733*	*427,2*	*1 821*	*451,7*	*1 899*

O TARGET manteve-se, em 2003, como o sistema preferido para liquidação dos pagamentos de grande montante, em Euros. Assim, no ano transacto, cerca de 86,9% dos valores e 57,8% das operações de grande montante, foram processados através deste sistema. De 2002 para 2003, enquanto que o TARGET e o *Servicio Español de Pagos Interbancarios* (SPI), registaram crescimentos ligeiros no seu tráfego (3,24% e 0,24%, respectivamente), o EURO 1 registou um crescimento bastante assinalável de aproximadamente 13%. Por outro lado, o *Pankkien On-line Pikasiirrot ja Sekit-järjestelmä* (POPS) e o *Paris Net Settlement* (PNS) sofreram uma redução importante da ordem dos 7,5% para o primeiro e 3,1% para o segundo. Quanto ao sistema híbrido *Euro Access Frankfurt* (EAF) foi encerrado em Novembro de 2001 pelo *Deutsche Bundesbank*, aquando do lançamento do RTGS^{plus} (nova componente alemã do TARGET).

Gráfico II.6

Instruções de pagamento processadas pelo TARGET e outros sistemas de transferência de fundos interbancários de grande montante da zona euro (%)

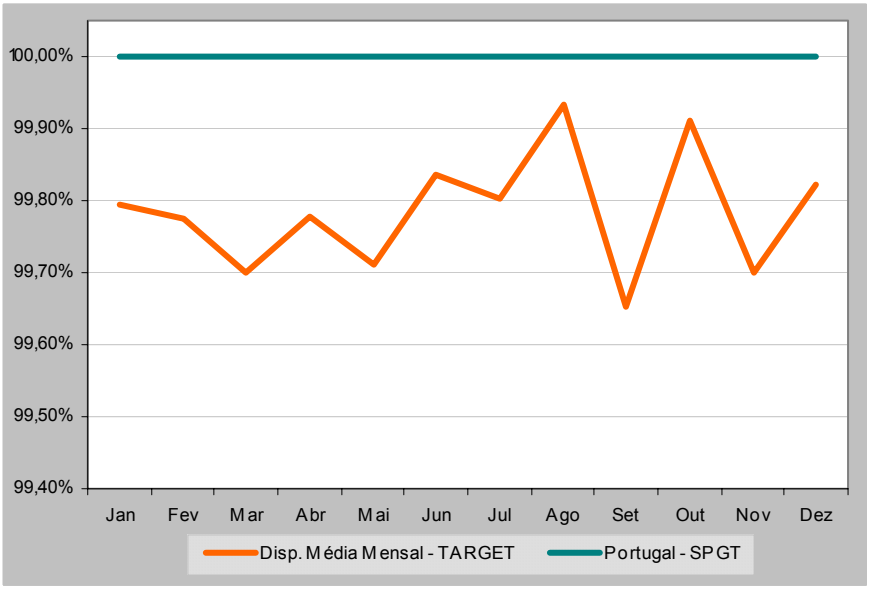


Em 2003, foi processada uma média diária de 261.207 pagamentos no TARGET, com um valor de 1.649 mil milhões de euros. Estes números representam um aumento de cerca de 3,2% em termos de quantidade de pagamentos e de 6,4% em termos de valor, relativamente ao ano anterior. À semelhança do que acontece em Portugal desde o ano de 2002, o TARGET global processa um maior número e valor de pagamentos domésticos do que transnacionais. Em 2003, os pagamentos transnacionais asseguraram 32,5% do tráfego total do TARGET em termos de valor e 22,9% em termos de quantidade.

O sistema EURO 1 da EBA, segundo na lista em termos de quantidade e valor dos pagamentos processados em euros, registou, face a 2002, um crescimento na ordem dos 12,9% em termos de quantidade, mas uma redução de 6,8% em termos de valor.

Gráfico II.7

Disponibilidade de serviço SPGT e TARGET comparada



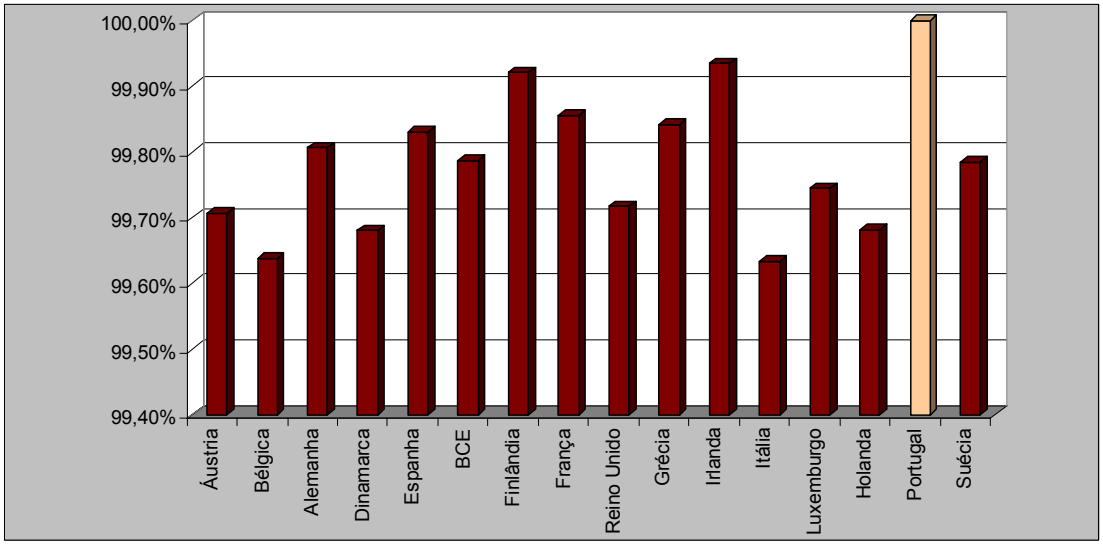
À semelhança do que acontece com o SPGT, também os participantes do TARGET submetem a grande maioria dos seus pagamentos no início do dia, contribuindo de forma significativa para o bom funcionamento do sistema e para a redução das situações de bloqueio, nomeadamente no caso de pressões de liquidez em fim de dia.

Em relação à disponibilidade de serviço, o sistema TARGET tem revelado, globalmente, uma tendência para um melhor desempenho: 99,71% em 2000; 99,75% em 2001; 99,77% em 2002 e 99,79% em 2003. O funcionamento do SPGT, especialmente no que se refere ao segmento TARGET/Interlinking, decorreu, em 2003, de forma muito satisfatória, sendo o único sistema a atingir, na vertente transnacional, os 100% de disponibilidade de serviço anual – o que sucede pela primeira vez no TARGET - dando assim um importante contributo para a evolução positiva do indicador de disponibilidade global do TARGET. Na rede doméstica (circuito BP/SIBS) são de assinalar alguns incidentes facilmente ultrapassados através da utilização dos circuitos de emergência, via SWIFT e fax.

Assim, a análise relativa da disponibilidade de serviço dos outros quinze SLBTRs, que com o SPGT constituem o TARGET, permite concluir que o SPGT ocupou em 2003 uma posição de destaque em termos de disponibilidade de serviço (cf. Gráfico II.7 e II.8).

Gráfico II.8

Disponibilidade comparada de serviço dos diversos RTGS participantes do TARGET



Para além dos 15 Sistemas de Liquidação por Bruto em Tempo Real (SLBTR), o sistema TARGET inclui também a componente de pagamentos do BCE, o ECB Payment Mechanism - EPM (cf. Quadro II.8).

O SLBTR da Alemanha destaca-se pela quantidade e valor dos pagamentos transnacionais envolvidos. Em 2003, o RTGS^{plus} foi responsável por 30,14% da quantidade total de pagamentos transnacionais processados e por 26,18% do seu montante.

Os SLBTRs da Itália (BI-REL), da França (TBF) e do Reino Unido (CHAPS Euro) assumem também um papel importante neste contexto, tendo assegurado 11,27%, 11,37% e 19,04%, respectivamente, do tráfego total de pagamentos transnacionais em termos de quantidade.

O sistema português SPGT processou 334,6 mil pagamentos transnacionais de um total no TARGET de 15.253,1 milhares; correspondendo a 1.975 mil milhões de euros, num total de 136.878 mil milhões de euros. Face a 2002, o SPGT registou um crescimento de cerca de 23,6% na quantidade e 87,9% no valor dos pagamentos transnacionais, cotando-se como o quarto SLBTR com maior crescimento em termos de quantidade e o primeiro em termos de valor. Em 2003 manteve a 10ª posição em termos de quantidade, tendo, no entanto, registado a 13.ª posição em termos de valor, deixando a última posição detida em 2002.

Em 2003, e relativamente a 2002, o SLBE de Espanha foi o sistema que registou o maior crescimento na quantidade (35,1%) de pagamentos processados.

À semelhança do que acontece com os pagamentos transnacionais do SPGT, também os pagamentos transnacionais do TARGET se repartem em pagamentos interbancários, pagamentos por conta de clientes e pagamentos entre BCNs (cf. Quadro II.9).

Quadro II.8

Pagamentos transnacionais enviados por cada SLBTR ou ligado ao TARGET

(*Quantidade em milhares e Valor em mil milhões de EUR*)

	2002		2003		Variação	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade (%)	Valor (%)
Áustria - ARTIS	463,4	2 468	499,1	2 803	7,7	13,6
Bélgica - ELLIPS	873,3	9 495	926,7	10 227	6,1	7,7
Alemanha - RTGSplus	4 297,2	32 966	4 597,2	35 833	7,0	8,7
Dinamarca - KRONOS	98,9	1 864	92,5	3 165	-6,4	69,8
Espanha - SLBE	441,5	4 546	596,4	5 128	35,1	12,8
BCE - EPM	32,3	2 932	41,1	4 024	27,1	37,2
Finlândia - BOF	117,4	1 257	132,0	1 503	12,5	19,5
França - TBF	1 650,2	17 578	1 735,0	19 245	5,1	9,5
Reino Unido - CHAPS Euro	2 436,4	21 649	2 904,8	23 818	19,2	10,0
Grécia - HERMES euro	308,6	1 258	339,8	1 620	10,1	28,7
Irlanda - IRIS	268,4	1 798	333,4	2 143	24,2	19,2
Itália - BI-REL	1 574,1	8 795	1 719,0	8 458	9,2	-3,8
Luxemburgo - LIPS-GROSS	265,8	3 197	286,8	3 242	7,9	1,4
Holanda - TOP	561,3	11 480	628,3	11 871	11,9	3,4
Portugal - SPGT	270,6	1 051	334,6	1 975	23,6	87,9
Suécia - Euro RIX	74,5	1 385	86,4	1 824	16,0	31,7
Total	**13 733,7**	**123 720**	**15 253,1**	**136 878**	**11,1**	**10,6**

Dos pagamentos transnacionais do TARGET em 2003, 95,4% em termos de valor e 51,4% em termos de quantidade corresponderam a transacções interbancárias. Em quantidade, o restante foi dividido entre pagamentos de clientes (48,55%) e transferências inter-BCNs (0,05%). O valor médio dos pagamentos interbancários foi de 16,7 milhões de euros e o valor médio dos pagamentos por conta de clientes foi de 0,8 milhões de euros.

Quadro II.9

Pagamentos transnacionais no TARGET

(*Quantidade em milhares e Valor em mil milhões de EUR*)

	Ano 2002		Ano 2003		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Interbancárias	7 431	118 386,6	7 840	130 590,1	5,5	10,3
Clientes	6 294	5 286,5	7 405	6 244,2	17,6	18,1
Inter-BCNs	8	47,0	8	44,1	0,9	-6,1
Total	**13 733**	**123 720,1**	**15 253**	**136 878,4**	**11,1**	**10,6**
Média Diária	*54*	*485,2*	*60*	*536,8*	*11,1*	*10,6*

O crescimento registado nas quantidades de operações *cross-border* processadas, resultou principalmente de um aumento significativo dos pagamentos de clientes (aproximadamente 17,6%), cuja importância relativa é, à semelhança do que aconteceu em anos anteriores, cada vez mais relevante. É, assim, de referir que em seis dos dezasseis sistemas que actualmente compõem o TARGET (designadamente o ELLIPS, o CHAPS, o HERMES, o BI-REL, o SLBE e o SPGT) as operações de *cross-border* de clientes representam já mais de 50% das operações processadas, embora, em termos de valor a

sua importância seja muito reduzida (não ultrapassando os 7,6%) (cf. Quadro II.10). A evolução registada resulta em grande medida da progressiva migração de pagamentos comerciais para o TARGET. Na falta de um sistema pan-europeu para transacções de retalho, tem-se assistido ao declínio do tradicional sistema de "banco correspondente" que, além de pouco eficiente, apresenta uma manutenção e gestão bastante dispendiosa para as instituições de crédito.

Quadro II.10

Pagamentos transnacionais no TARGET, por tipo de operação e por Sistema RTGS

(*Quantidade em milhares e Valor em mil milhões de EUR*)

Sistema		Ano 2003 Quantidade	Ano 2003 Valor	Peso Relativo (%) Quantidade	Peso Relativo (%) Valor
Artis (Áustria)	Clientes	55 473	153,0	11,1	5,5
	Interbancárias	443 474	2 649,2	88,9	94,5
	Inter-BCNs	155	0,8	0,0	0,0
		499 102	**2 803,1**		
ELLIPS (Bélgica)	Clientes	467 936	311,8	50,5	3,0
	Interbancárias	455 555	9 903,9	49,2	96,8
	Inter-BCNs	3 241	11,4	0,3	0,1
		926 732	**10 227,1**		
RTGSplus (Alemanha)	Clientes	2055 779	1 603,9	44,7	4,5
	Interbancárias	2539 763	34 222,7	55,2	95,5
	Inter-BCNs	1 651	6,3	0,0	0,0
		4597 193	**35 832,9**		
KRONOS (Dinamarca)	Clientes	8 491	5,1	9,2	0,2
	Interbancárias	84 058	3 160,3	90,8	99,8
	Inter-BCNs	0	0,0	0,0	0,0
		92 549	**3 165,5**		
SLBE (Espanha)	Clientes	322 648	115,3	54,1	2,2
	Interbancárias	273 060	5 009,8	45,8	97,7
	Inter-BCNs	672	2,4	0,1	0,0
		596 380	**5 127,5**		
EPM (BCE)	Clientes	5 617	0,1	13,7	0,0
	Interbancárias	35 268	4 019,2	85,8	99,9
	Inter-BCNs	218	4,6	0,5	0,1
		41 103	**4 023,8**		
BOF (Finlândia)	Clientes	41 885	73,7	31,7	4,9
	Interbancárias	89 973	1 428,5	68,2	95,0
	Inter-BCNs	160	0,9	0,1	0,1
		132 018	**1 503,2**		
TBF (França)	Clientes	847 704	994,0	48,9	5,2
	Interbancárias	886 768	18 249,9	51,1	94,8
	Inter-BCNs	499	1,6	0,0	0,0
		1734 971	**19 245,5**		
CHAPS (Reino Unido)	Clientes	1587 194	1 816,1	54,6	7,6
	Interbancárias	1317 570	22 001,9	45,4	92,4
	Inter-BCNs	11	0,0	0,0	0,0
		2904 775	**23 818,0**		
HERMES (Grécia)	Clientes	217 971	8,6	64,2	0,5
	Interbancárias	121 647	1 609,8	35,8	99,4
	Inter-BCNs	164	1,3	0,0	0,1
		339 782	**1 619,7**		
IRIS (Irlanda)	Clientes	144 778	116,1	43,4	5,4
	Interbancárias	188 581	2 026,4	56,6	94,6
	Inter-BCNs	34	0,0	0,0	0,0
		333 393	**2 142,6**		
BI-REL (Itália)	Clientes	1067 992	137,5	62,1	1,6
	Interbancárias	650 128	8 308,2	37,8	98,2
	Inter-BCNs	926	11,9	0,1	0,1
		1719 046	**8 457,6**		
LIPS-Gross (Luxemburgo)	Clientes	106 560	94,1	37,2	2,9
	Interbancárias	180 238	3 148,1	62,8	97,1
	Inter-BCNs	0	0,0	0,0	0,0
		286 798	**3 242,2**		
TOP (Holanda)	Clientes	235 394	728,9	37,5	6,1
	Interbancárias	392 666	11 139,9	62,5	93,8
	Inter-BCNs	203	2,1	0,0	0,0
		628 263	**11 871,0**		
SPGT (Portugal)	Clientes	216 909	25,0	64,8	1,3
	Interbancárias	117 509	1 949,3	35,1	98,7
	Inter-BCNs	139	0,7	0,0	0,0
		334 557	**1 975,0**		
RIX (Suécia)	Clientes	22 218	60,8	25,7	3,3
	Interbancárias	64 196	1 762,9	74,3	96,7
	Inter-BCNs	0	0,0	0,0	0,0
		86 414	**1 823,6**		

Assim, facilmente se denota, ao nível do TARGET, uma tendência de constante crescimento da utilização do sistema para a realização de pagamentos de clientes *cross-border*.

Estabelecendo uma comparação com o SLBTR português, é de referir que os pagamentos por conta de clientes têm um peso menor no conjunto do sistema TARGET (48,55%) do que no SPGT (64,8%).

Capítulo III

Sistema de Compensação Interbancária

S I C O I

SICOI

O Sistema de Compensação Interbancária (SICOI) registou, ao longo do ano de 2003, uma tendência de aumento das quantidades de operações processadas, verificando-se, no entanto, uma pequena redução nos montantes das referidas operações.

Em termos globais, foram processadas 1.257,8 milhões de operações no âmbito do Sistema de Compensação Interbancária, no valor de 300.843,5 milhões de euros, o que representa um aumento de 5,8% em termos de quantidade e uma redução de 2,5% em termos de valor.

À semelhança do verificado em anos transactos, o SICOI revela um decréscimo da quantidade de operações processadas através dos subsistemas de Cheques e de Efeitos e, em contrapartida, um incremento do número de Transferências Electrónicas Interbancárias, de Débitos Directos e de operações Multibanco (cf. Quadro III.1). Desta forma, observa-se uma intensificação do uso dos meios electrónicos em substituição da utilização dos instrumentos baseados em papel, face à menor eficiência destes. O aumento de 5,8% na quantidade de operações do SICOI ficou a dever-se ao aumento das operações processadas através das TEI (crescimento de 39,8%), do Multibanco (6,9%) e dos Débitos Directos (231%), que compensaram as quedas registadas nos Cheques (-5,1%) e nos Efeitos (-17,5%). No que respeita ao valor das operações processadas através do SICOI, a evolução foi idêntica à registada em termos de quantidade, mas com impactos mais reduzidos (excepto no Multibanco que registou um crescimento de 8,1%). Assim, os subsistemas de Débitos Directos, de TEI e Multibanco registaram uma evolução positiva, respectivamente 158,9%, 14,9% e 8,1%, sendo, no entanto, superados pela redução verificada nos restantes (os subsistemas de compensação de Cheques e Efeitos registaram, respectivamente, uma redução de 8,6% e 12,3% nos valores processados).

Quadro III.1

Movimento global do Sistema de Compensação Interbancária (SICOI)

(*Quantidade em milhões e Valor em milhões de EUR*)

	Ano 2002		Ano 2003		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Compensação	**1 188,60**	**308 550,9**	**1 257,80**	**300 843,5**	**5,8**	**-2,5**
CHEQUES	**210,84**	**215 300,7**	**200,08**	**196 811,4**	**-5,1**	**-8,6**
Truncados	206,27	116 152,5	196,06	111 124,8	-5,0	-4,3
Não Truncados	4,57	99 148,2	4,02	85 686,6	-12,0	-13,6
Outros	**977,75**	**93 250,2**	**1 057,72**	**104 032,1**	**8,2**	**11,6**
EFEITOS	5,57	4 150,4	4,59	3 641,6	-17,5	-12,3
TEI	30,65	48 337,4	42,83	55 554,8	39,8	14,9
DÉBITOS DIRECTOS	1,57	518,8	5,19	1 343,3	231,0	158,9
MULTIBANCO	939,97	40 243,6	1 005,10	43 492,4	6,9	8,1
Média Diária	*4,81*	*1 249,2*	*5,05*	*1 208,2*	*5,0*	*-3,3*

No que se refere à análise dos documentos apresentados e devolvidos através do SICOI, registou-se em 2003 um aumento significativo do número de operações devolvidas passando de 1,65 milhões em 2002 para 2,34 milhões em 2003 (o que representa um crescimento de aproximadamente 41,8%) - cf. Quadro III.2.

Ao longo do ano de 2003, o valor envolvido nas devoluções do SICOI ascende a 3.488,3 milhões de euros (o que representa um acréscimo de 2,3% relativamente a 2002), sendo que os cheques asseguram uma parte substancial desse montante (3.173,3 milhões de euros).

Quadro III.2

Documentos apresentados e devolvidos no Sistema de Compensação Interbancária (SICOI)

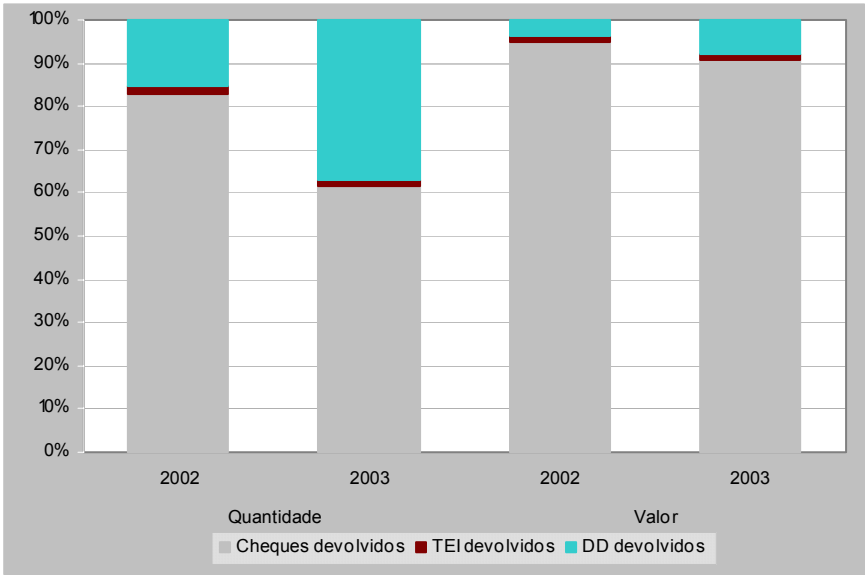
(*Quantidade em milhões e Valor em milhões de EUR*

	Ano 2002		Ano 2003		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
SICOI						
Apresentados	**1 188,60**	**308 551,0**	**1 257,80**	**300 843,5**	**5,8**	**-2,5**
Devolvidos	**1,65**	**3 410,6**	**2,34**	**3 488,3**	**41,8**	**2,3**
CHEQUES						
Apresentados	210,84	215 300,7	200,08	196 811,4	-5,1	-8,6
Devolvidos	1,37	3 232,0	1,44	3 173,3	5,3	-1,8
EFEITOS						
Apresentados	5,57	4 150,4	4,59	3 641,6	-17,5	-12,3
TEI						
Apresentados	30,65	48 337,4	42,83	55 554,8	39,8	14,9
Devolvidos	0,03	51,9	0,03	45,9	11,8*	-11,5
DÉBITOS DIRECTOS						
Apresentados	1,57	518,8	5,19	1 343,3	231,0	158,9
Devolvidos	0,26	126,7	0,87	269,1	240,1	112,3
MULTIBANCO						
Apresentados	939,97	40 243,6	1 005,10	43 492,4	231,0	158,9

* A variação de 11,8% resulta do crescimento efectivo de 26.996 devoluções em 2002 para 30.176 em 2003.

Gráfico III.1

SICOI – Cheques, TEIs e Débitos Directos devolvidos



CHEQUES

O subsistema de Cheques sofreu, no ano de 2003 uma alteração estrutural dos procedimentos de compensação vigentes, em resultado da entrada em funcionamento, em finais de Outubro, do sistema de troca de imagens electrónicas de cheques.

A troca de documentos de forma totalmente automatizada, dispensando a circulação física documental, bem como a utilização de novas tecnologias associadas ao tratamento da imagem – reconhecimento inteligente de caracteres (ICR) e conferência electrónica de assinaturas -, possibilita uma maior eficiência e racionalização do circuito de depósito e cobrança de cheques e uma acrescida fiabilidade e segurança no processamento interbancário destes documentos.

Os centros de troca física, geridos pelo Banco de Portugal, em Lisboa, Funchal, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo foram, como resultado da entrada em funcionamento do referido sistema, encerrados. Completou-se, assim, o processo de extinção da Compensação Tradicional que, na parte da troca física de documentos não truncados, não fora possível eliminar aquando da integração daquela na Compensação Electrónica (Telecompensação) de Cheques, ocorrida em 30 de Junho de 1998.

Este sistema inovador, resultante da cooperação das instituições participantes na compensação interbancária de cheques, da SIBS e do Banco de Portugal, reforça a posição de vanguarda do nosso país na adopção de processos tecnológicos avançados aplicados na operação dos sistemas de pagamentos.

No que respeita à evolução do sistema, é de registar, nos últimos anos, uma tendência de redução da quantidade de operações processadas denotando-se uma crescente migração para instrumentos de pagamentos alternativos. Assim, ao longo do ano de 2003, e relativamente ao ano anterior, o número de cheques processados registou um decréscimo de 5,1%, a que corresponde também uma diminuição de 8,6% no seu montante global (cf. Quadro III.3).

No entanto, os cheques continuam a assegurar uma parte substancial das operações do SICOI, quer em termos de quantidade (16% em 2003 contra 17,7% em 2002) quer em termos de valor (65,4% em 2003 face a 69,8% em 2002), sendo ainda o instrumento de pagamento mais significativo em termos de valor processado.

No ano de 2003, foram processados 200,1 milhões de cheques no valor global de 196.811,4 milhões de euros (com uma média diária de, aproximadamente, 804 mil cheques no valor de 790,4 milhões de euros).

É de notar que, no que respeita ao subsistema de compensação de Cheques e de documentos afins, a diminuição registada em 2003, terá sido, de alguma forma, limitada pela integração, a partir de 11 de Outubro 2002, dos Vales de Correio Nacionais neste subsistema. Aqueles documentos que até então não eram compensados, sendo a cobrança feita directamente pelos bancos

tomadores junto dos CTT, representam actualmente cerca de 5% das operações processadas através do subsistema de compensação de Cheques. Assim, e caso os Vales de Correio nacionais não fossem integrados neste sistema, a redução do número de documentos processados teria sido de aproximadamente 10% em 2003, face a 2002.

Em 2003, cerca de 97,99% dos cheques processados ficaram truncados na instituição tomadora. Os 4,02 milhões de cheques não truncados ascenderam a 85.686,6 milhões de euros e representam os restantes 2,01% (cf. Gráfico III.2).

De referir que em termos de montantes, e apesar de apenas representarem 2,01% das quantidades, os cheques não truncados correspondem a 43,5% dos montantes liquidados.

Quadro III.3

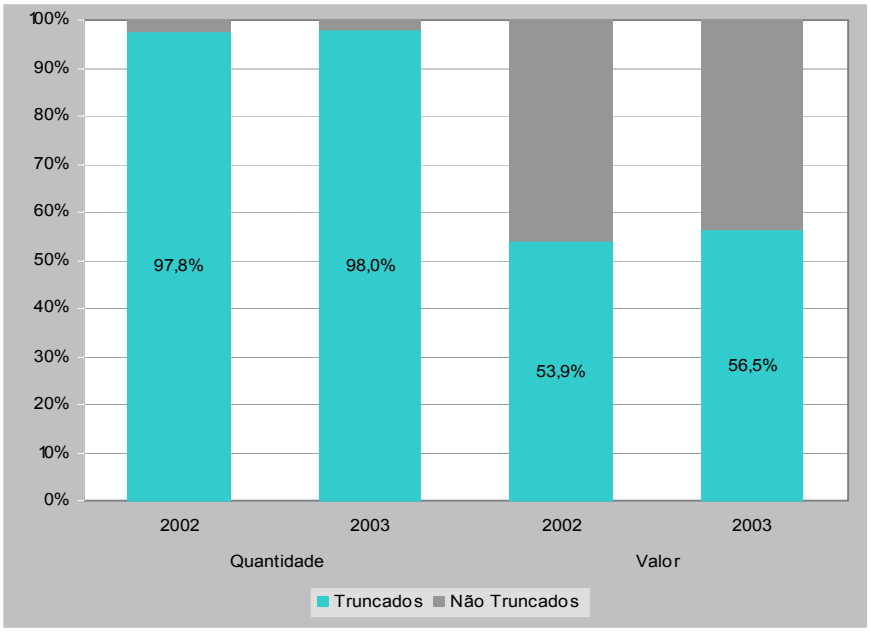
Cheques Truncados e Não Truncados

(*Quantidade em milhões e Valor em milhões de EUR*)

	Ano 2002		Ano 2003		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
CHEQUES	**210,84**	**215 300,7**	**200,08**	**196 811,4**	**-5,1**	**-8,6**
Truncados	206,27	116 152,5	196,06	111 124,8	-5,0	-4,3
Não Truncados	4,57	99 148,2	4,02	85 686,6	-12,0	-13,6
Média Diária	*0,85*	*871,7*	*0,80*	*790,4*	*-5,9*	*-9,3*

Gráfico III.2

Cheques Truncados e Não Truncados



No que respeita às devoluções de cheques efectuadas ao longo de 2003, regista-se um crescimento, cerca de 1,44 milhões de cheques devolvidos. Assim, e tendo em conta a redução do número de cheques apresentados, observa-se um aumento do peso relativo das devoluções, passando de 0,65% dos cheques apresentados em 2002, para 0,72% em 2003.

No ano de 2003, tal como nos anteriores, o motivo de devolução mais utilizado, com uma representatividade de 81,95%, foi a falta ou insuficiência de provisão (cf. Quadro III.4). A segunda causa de devolução invocada foi a revogação por justa causa resultante de extravio, sendo responsável por cerca de 99,2 mil cheques devolvidos (6,88% do total). Na sua globalidade, a quantidade de cheques devolvidos cresceu 5,3% relativamente ao ano anterior, embora o padrão se tenha mantido pois os motivos referidos anteriormente foram responsáveis por percentagens de devoluções similares nos dois anos.

Quadro III.4

Cheques devolvidos por motivo de devolução

(*Quantidade em unidades*)

Motivo de Devolução	Quantidade		Variação (%)
	Ano 2002	Ano 2003	
Devoluções pelo Sacado			
Falta de requisito principal	2 766	2 682	-3,0
Saque irregular	2 356	2 158	-8,4
Endosso irregular	2 200	2 705	23,0
Cheque revogado por justa causa - furto	14 230	14 918	4,8
Cheque revogado por justa causa - roubo	7 723	8 593	11,3
Cheque revogado por justa causa - extravio	90 078	99 157	10,1
Revogado por justa causa - coacção moral	811	969	19,5
Incapacidade Acidental	290	363	25,2
Revogado justa causa - falta/vício form. vontade	21 820	33 743	54,6
Cheque revogado - apresentação fora de prazo	1 552	1 491	-3,9
Cheque apresentado fora de prazo	18 899	18 852	-0,2
Conta bloqueada	16 468	14 698	-10,7
Conta suspensa	227	230	1,3
Conta encerrada	3 264	4 179	28,0
Falta ou insuficiência de provisão	***1 123 660***	***1 180 953***	**5,1**
Mau encaminhamento	1 526	823	-46,1
Número de conta inexistente	437	638	46,0
Número de cheque inexistente	15 564	8 245	-47,0
Erro nos dados	3 282	4 029	22,8
Importância incorrectamente indicada	5 601	4 697	-16,1
Falta de entrega do cheque	2 033	5 341	162,7
Registo duplicado	2 728	5 308	94,6
Falta de carimbo/referência de apresentação	57	814	1 328,1
Cheque viciado	90	79	-12,2
Devolução a pedido do banco tomador	9 901	11 996	21,2
Não compensável por divergência de denominaçã	216	126	-41,7
Não compensável por excesso de devoluções	492	387	-21,3
Não compensável por existência de *along*	4	26	550,0
Devoluções pelo Tomador			
Motivo de devolução inválido	18 299	10 269	-43,9
Mau encaminhamento	188	35	-81,4
Falta de entrega do cheque	263	71	-73,0
Registo duplicado	299	1 086	263,2
Devolução fora de prazo	1 498	1 355	-9,5
TOTAL	**1 368 822**	**1 441 016**	**5,3**

Analisando os dados disponíveis para 2003 numa perspectiva mensal (cf. Quadro III.5), é possível concluir que, em média, foram apresentados para compensação 16,67 milhões de cheques por mês num montante médio de 16.400,9 milhões de euros. No ano

de 2002, a média mensal tinha sido de 17,6 milhões de cheques apresentados, evidenciando assim um decréscimo assinalável. O Gráfico III.3 apresenta uma comparação entre os cheques apresentados mensalmente para compensação nos anos de 2002 e 2003. Esta representação gráfica permite observar que, em 2003 e relativamente ao ano anterior, se verificou um decréscimo nos cheques apresentados em praticamente todos os meses, excepto nos meses de Janeiro e Setembro, com pequenas subidas de 0,08% e 2,1%, respectivamente.

Quadro III.5

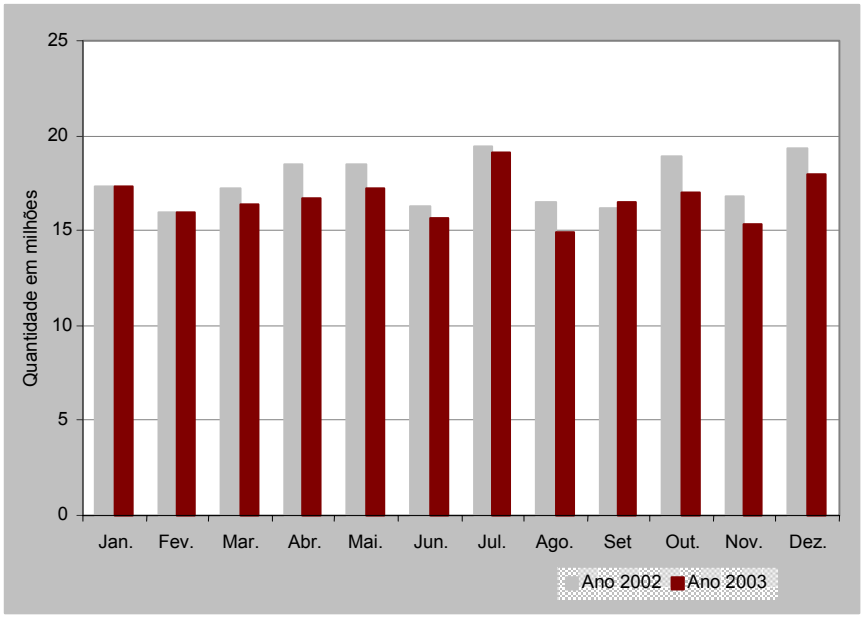
Dados mensais sobre os cheques apresentados e devolvidos

(*Quantidade em milhões e Valor em milhões de EUR*)

Meses - 2003	Apresentados		Devolvidos	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Janeiro	17,30	17 381,1	0,13	315,3
Fevereiro	15,94	15 677,0	0,11	242,5
Março	16,42	15 544,8	0,13	279,0
Abril	16,68	15 462,9	0,12	262,3
Maio	17,27	16 416,6	0,13	276,2
Junho	15,69	15 405,2	0,12	258,5
Julho	19,08	18 525,6	0,13	284,1
Agosto	14,92	15 119,8	0,11	221,8
Setembro	16,49	16 370,8	0,11	226,4
Outubro	17,00	17 494,1	0,12	276,6
Novembro	15,30	15 506,7	0,11	275,3
Dezembro	18,00	17 906,8	0,11	291,3
Total	**200,08**	**196 811,4**	**1,44**	**3 209,3**
Média Mensal	*16,67*	*16 400,95*	*0,12*	*267,44*
Por Memória (2002):				
Total	**210,84**	**215 300,7**	**1,37**	**3 232,0**
Média Mensal	*17,57*	*17 941,7*	*0,11*	*269,3*

Gráfico III.3

Comparação mensal da quantidade de cheques apresentados



Caixa 2
Circulação Interbancária de Imagens de Cheques

O projecto de Circulação Interbancária de Imagens de Cheques – CIIC -, representou um salto qualitativo no processo de compensação interbancária de cheques, com o correspondente aumento de produtividade ao nível de todo o sistema bancário nacional e da segurança e optimização dos procedimentos de cobrança e guarda de cheques. Teve a sua fase mais importante durante o ano de 2003, nomeadamente as componentes de planeamento, testes, entrada em funcionamento e acompanhamento.

Em síntese, pode dizer-se que o projecto decorreu conforme o planeado, em termos de prazo de implementação, nível de qualidade e cumprimento dos objectivos de extinção da troca física de documentos entre Instituições bancárias nacionais.

Ao nível da infra-estrutura de comunicações, dada a necessidade de aumento substancial da quantidade de dados a circular, com a introdução das imagens no sistema, houve necessidade de fazer uma evolução do protocolo X.25, ainda utilizado por algumas Instituições no diálogo com a SIBS, para TCP/IP e, a utilização de uma solução segura e proprietária de comunicações a nível interbancário: a RSSF – Rede Segura de Serviços Financeiros. Este importante subprojecto, decorreu entre Janeiro e Setembro de 2003, envolvendo os Participantes com necessidade de actualização da sua infra-estrutura de comunicações (cerca de 20), a SIBS e os operadores de telecomunicações, tendo-se procedido ao planeamento das necessidades individuais, testes, implementação e acompanhamento.

Em termos dos testes globais previstos para o arranque da CIIC, estes decorreram conforme o previsto, em duas fases, em Junho e Setembro, com elevada participação e foram decisivos para o sucesso do projecto.

A entrada em funcionamento decorreu de forma bastante positiva, nomeadamente se tivermos em conta o carácter inovador (Portugal foi o primeiro país da Europa a adoptar o envio da imagem de cheques em substituição da troca física até aí existente) e o envolvimento de cerca de 60 participantes, dos quais 40 eram participantes directos no sistema. Todos os participantes tiveram que alterar os seus sistemas para conseguirem enviar e receber imagens, tendo cada um, à partida, projectos, tecnologias e processos bastante distintos. O primeiro fecho na SIBS onde houve um processamento global de ficheiros de imagens de cheques, ocorreu às 8h00 do dia 25 de Outubro de 2003 (Sábado), tendo todos os participantes conseguido enviar e receber imagens.

Importa destacar o papel facilitador da SIBS-Processos, empresa criada em Julho de 2002, no âmbito do processamento de cheques para o sistema financeiro nacional, tendo como catalizador o projecto da CIIC e que assegurou a disponibilização dos serviços de processamento, envio e recepção de imagens para cerca de 80% do mercado bancário doméstico.

Durante as primeiras semanas após o arranque, foi necessário acompanhar de perto

o funcionamento do sistema, quer do lado da SIBS, quer através do GT-Cheque e do Banco de Portugal, de forma a apoiar alguns participantes na resolução e aperfeiçoamento dos seus sistemas internos.

Caixa 3
Cheques – Processo de Modernização

O projecto de Circulação Interbancária de Imagens de Cheques (CIIC), talvez o maior e mais importante em que o Grupo de Trabalho Interbancário do Cheque esteve envolvido, constitui uma etapa importante do processo de modernização do subsistema de compensação de Cheques e documentos afins, iniciada em 1981 com a normalização do cheque em escudos então existente. Resumem-se seguidamente marcos importantes no processo de modernização deste subsistema:

- **1981**, normalização do cheque em escudos, com a "primeira" norma do cheque;
- **1985**, arranque do projecto tendo em vista a implementação da compensação electrónica de cheques (telecompensação);
- **1989**, arranque da telecompensação de cheques;
- **1989**, publicação do DL e portaria que permitiram a destruição física dos cheques após 6 meses da sua apresentação e utilização do microfilme para arquivo;
- **1991**, arranque da praça de compensação do Porto;
- **1996**, criação do SICOI – Sistema de Compensação Interbancária (Instrução n.º125/96);
- **1998**, extinção da compensação tradicional e alargamento da tele-compensação aos Açores e Madeira;
- **1998**, criação da norma do cheque em euros e revisão da norma do cheque em escudos (Instrução n.º9/98), tendo em vista a captura, processamento e arquivo de imagem, e facilitar o Reconhecimento Inteligente de Caracteres (ICR);
- **1999**, início da compensação em euros;
- **2000**, publicação do DL 279/2000 que permitiu a destruição física dos cheques 6 meses após a sua apresentação e o arquivo das imagens destes em suporte não regravável;
- **2002**, fim da compensação em escudos;
- **2003-10-27**, arranque da Circulação Interbancária de Imagens de Cheques (CIIC) e o fim da circulação física de cheques e documentos afins, no sistema bancário em Portugal. Nesta mesma data, entraram em vigor as novas versões do Regulamento do SICOI e da Norma Técnica do Cheque (Instruções n.º25/2003 e n.º26/2003, respectivamente).

EFEITOS

O sistema de cobrança de Efeitos registou em 2003 um forte decréscimo no número de processamentos, assegurando apenas 0,36% da quantidade de operações efectuadas no âmbito do SICOI (em 2002 representava ainda 0,47%), correspondendo a 1,21% em termos de valor. No ano em análise foram processados 4,59 milhões de efeitos, com um montante total de 3.641,6 milhões de euros. Estes números traduzem reduções de 17,5% e de 12,3%, respectivamente, comparando com o ano anterior.

Conforme evidenciado pelo Quadro III.6, 80,8% dos efeitos compensados durante o ano de 2003 foram classificados pelos bancos como recibos, o que representa um aumento do peso relativo dos recibos, face ao total de efeitos, de 0,71 pontos percentuais. De referir ainda que, em 2003, foram processados cerca de 3,71 milhões de recibos, o que significa, em termos absolutos, uma redução de 16,8% do número de documentos compensados. Em termos de montante, os recibos ascenderam a 798,9 milhões de euros, comparável com os 971,4 milhões de euros em 2002. De notar que, a partir de finais de 2003, todos os recibos domiciliados deverão, de acordo com o Aviso do Banco de Portugal n.º10/2003, de 17 de Setembro de 2003, passar a ser cobrados através do Sistema de Débitos Directos. Desta forma, o subsistema de Efeitos deverá registar, a partir de 2004, uma forte taxa de redução, uma vez que processará apenas as cobranças de letras e documentos similares.

Quadro III.6

Efeitos, por tipo

(*Quantidade em milhões e Valor em milhões de EUR*)

	Ano 2002		Ano 2003		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
EFEITOS	**5,57**	**4 150,4**	**4,59**	**3 641,6**	**-17,5**	**-12,3**
Letra	0,66	2 895,8	0,56	2 593,3	*-15,8*	*-10,4*
Extracto de factura	0,00	0,1	0,00	0,1	*-2,2*	*50,6*
Recibo	4,46	971,4	3,71	798,9	*-16,8*	*-17,8*
Outros efeitos	0,31	237,1	0,22	216,2	*-29,5*	*-8,8*
Recibo renda de casa	0,12	18,8	0,09	15,5	*-21,3*	*-17,5*
Letra não aceite	0,01	27,4	0,01	17,8	*-33,6*	*-35,0*
Média Diária	*0,02*	*16,7*	*0,02*	*14,6*	*-17,5*	*-12,3*

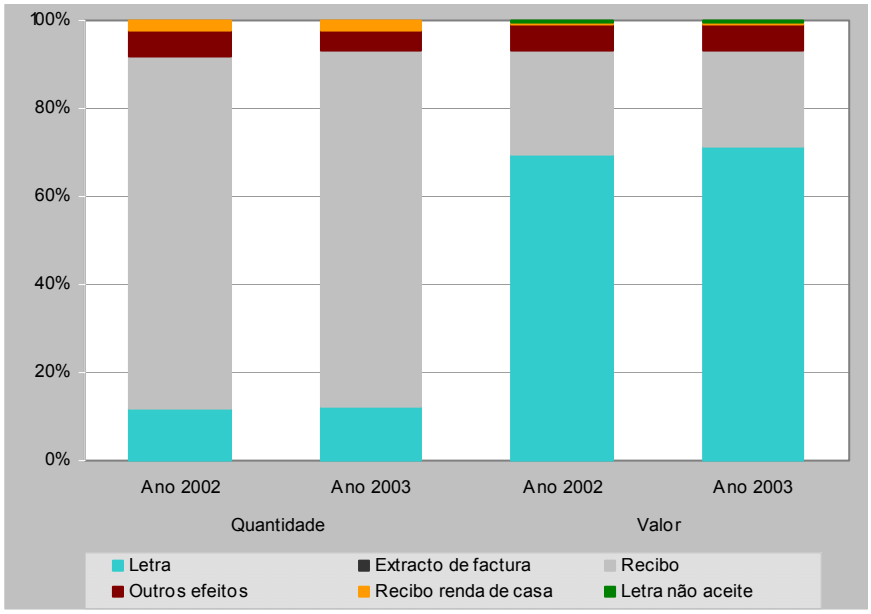
Através do gráfico III.4, é possível constatar que o segundo tipo de efeito com maior quantidade de movimentos é a letra. As letras apresentam, porém, o maior valor: as 559 mil letras atingiram um valor de 2.593,3 milhões de euros, o que representa, no entanto, decréscimos de 15,8% e de 10,4% face ao ano anterior, respectivamente. Com um peso relativo bastante menos significativo aparecem os restantes tipos de efeitos.

Quanto ao tipo de carteira (cf. Quadro III.7), a grande maioria dos efeitos processados em 2003 (88,61%) foram cobranças domésticas. Com um peso relativo ainda significativo, temos os efeitos cobrados por desconto que representam aproximadamente 11,15%. Por oposição, as cobranças simples do exterior com despesas irrecusáveis representaram uma parte quase negligenciável (0,04%) do total de efeitos compensados.

A análise da evolução mensal dos efeitos (cf. Quadro III.8 e Gráfico III.5) evidencia que, em todos os meses de 2003, o número de efeitos processados foi inferior ao verificado no mês homólogo de 2002.

Gráfico III.4

Efeitos, por tipo de efeito



Quadro III.7

Efeitos, por tipo de carteira em 2003

(*Quantidade em milhões e Valor em milhões de EUR*)

	Ano 2002		Ano 2003	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
EFEITOS	**5,57**	**4 150,4**	**4,59**	**3 641,6**
Desconto	0,62	2 723,7	0,51	2 445,7
Cobrança doméstica	4,94	1401,3	4,07	1163,3
Cobrança do exterior c/ despesas recusáveis	0,01	22,1	0,01	23,5
Cobrança do exterior c/ despesas irrecusáveis	0,00	3,4	0,00	9,0
Outros	-	-	-	-
Média Diária	*0,02*	*16,7*	*0,02*	*14,6*

Quadro III.8

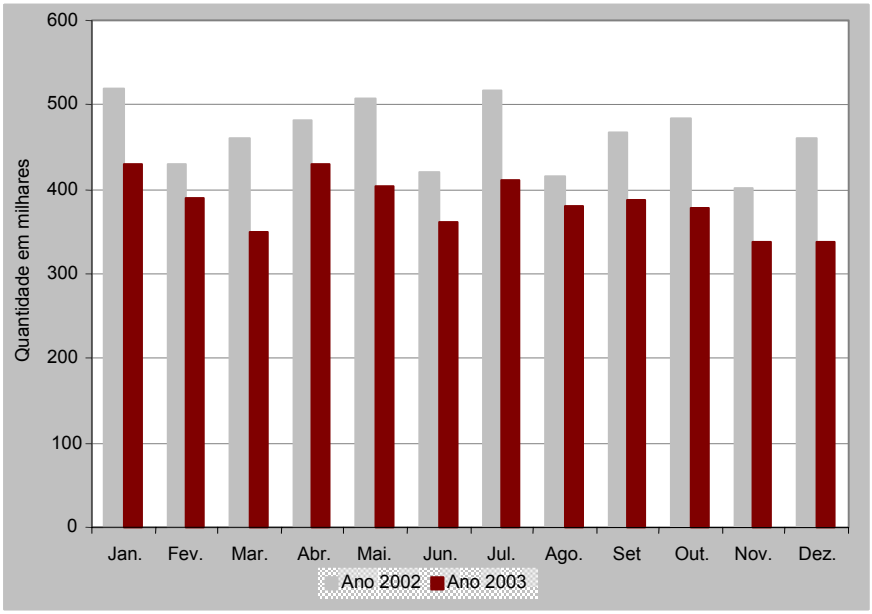
Dados mensais sobre os efeitos

(*Quantidade em milhões e Valor em milhões de EUR*)

Apresentados	2002		2003	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Janeiro	0,52	434,4	0,43	332,9
Fevereiro	0,43	355,7	0,39	304,3
Março	0,46	346,8	0,35	298,1
Abril	0,48	346,8	0,43	302,2
Maio	0,51	355,6	0,40	304,4
Junho	0,42	329,9	0,36	292,6
Julho	0,52	354,4	0,41	321,1
Agosto	0,41	307,7	0,38	278,1
Setembro	0,47	321,9	0,39	299,4
Outubro	0,48	362,0	0,38	330,1
Novembro	0,40	308,4	0,34	286,8
Dezembro	0,46	326,9	0,34	291,8
Total	**5,57**	**4 150,4**	**4,59**	**3 641,6**
Média Mensal	*0,46*	*345,87*	*0,38*	*303,47*

Gráfico III.5

Comparação mensal da quantidade de efeitos



TRANSFERÊNCIAS ELECTRÓNICAS INTERBANCÁRIAS (TEIS)

Durante o ano de 2003, as TEIs garantiram 3,41% da quantidade global do SICOI e 18,47% do seu valor. Estas percentagens representam, face ao ano de 2002, um acréscimo do peso relativo de TEIs processadas, quer em termos de valor quer de quantidade.

As TEIs compensadas registaram em 2003 um crescimento bastante significativo, como resulta da leitura do Quadro III.1, traduzido-se no aumento de 39,8% em quantidade e 14,9% em valor. De notar que a taxa de crescimento das TEIs processadas atingiu praticamente o dobro da registada no ano transacto.

Em média, foram processadas diariamente 172 mil transferências electrónicas interbancárias (mais 50 mil do que em 2002), num valor de 223,1 milhões de euros. Além disso, 96,6% das TEIs compensadas durante o ano de 2003 tinham um valor unitário inferior a cinco mil euros.

De notar, ainda, que durante o ano de 2003 foram processadas através do sistema de TEI, apenas transferências de valor inferior a cem mil euros, uma vez que as que ultrapassavam este valor foram obrigatoriamente remetidas para o SPGT.

De facto, no ano de 2002, nos primeiros quatro escalões de valor (entre zero e cem mil euros) estavam já cerca de 99,97% da quantidade e 95,79% do valor global das TEIs. A razão desta diferença deve-se ao facto de, desde Fevereiro de 2002, vigorar o novo limite do SPGT de cem mil euros e apenas até Janeiro daquele ano terem sido processadas através das TEI operações de valor superior àquele montante. É ainda importante referir que em 2001 o valor das operações até cem mil euros representavam apenas cerca de 63% dos valores compensados através das TEIs.

Quadro III.9

TEIs, por escalão de valor em 2003

(*Quantidade em milhares e Valor em milhões de EUR*)

Escalão de Valor (em euros)	Apresentados		Devolvidos	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
0 - 5.000	41 374,28	25 099,7	28,69	11,5
5.000 - 25.000	1 089,29	11 455,8	1,09	12,0
25.000 - 50.000	204,69	7 125,6	0,20	6,9
50.000 - 100.000	161,84	11 873,7	0,20	15,5
Total	**42 830,11**	**55 554,8**	**30,18**	**45,9**
Média Diária	*172,01*	*223,1*	*0,12*	*0,2*
Por Memória (2002):				
Total	**30 646,49**	**48 337,4**	**27,00**	**52,3**
Média Diária	*123,08*	*194,1*	*0,11*	*0,2*

Relativamente à classificação das TEIs por código de operação (cf. Quadro III.10 e Quadro III.11) é importante distinguir os fechos de processamento. Neste sentido, a análise do 1º fecho das TEIs permite inferir que as "transferências" e os "ordenados" são as rubricas mais importantes, em quantidade e também em valor. Já no que respeita ao 2º fecho, é de salientar, para além dos anteriores, o papel desempenhado pelas transferências interbancárias com origem no exterior. A quantidade e valor de TEIs processadas no 1º fecho (99,59% da quantidade total) são forçosamente superiores aos processados no 2º fecho, ou não fosse o primeiro mais geral e o segundo mais restrito e dispendioso, nomeadamente para transferências de clientes. O horário de funcionamento do SPGT e o momento a que esse fecho se realiza, implicam que o 2º fecho seja limitado às ordens de transferência comunicadas directamente pelos *back-office* e, neste âmbito, podem ser processadas as transferências interbancárias domésticas, as transferências interbancárias com origem no exterior e ainda as transferências consideradas urgentes.

De notar ainda que, no que respeita às devoluções, no 1.º fecho apenas 0.07% das ordens são devolvidas, e destas, aproximadamente 71% são codificadas como "devolução de transferências". No 2.º fecho a percentagem de devoluções atinge os 0,2%. Assim, as reduzidas percentagens de devolução registadas neste subsistema demonstram claramente o grau de fiabilidade e segurança que este alcançou. As 30,2 mil devoluções ascenderam a 45,9 milhões de euros.

Quadro III.10

TEIs, por código de operação em 2003 (1º Fecho)

(*Quantidade em milhares e Valor em milhões de EUR*)

Codigo de operação	Apresentados		Devolvidos	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Reembolsos electricidade	2,679	1,7	0,003	0,0
Renda de casa	98,354	90,5	0,168	0,0
Ordenados	14 158,004	14.490,2	3,393	2,2
Fornecedores	1 419,804	5.677,2	0,873	3,5
Transferências	24 549,559	29.852,6	21,209	28,9
Reembolsos IVA	1 125,445	1.405,8	1,429	1,8
Transf. doméstica c/ tratamento manual	1,279	3,7	0,015	0,1
Transf. comercial c/ origem no ext.	107,560	1.350,5	1,141	5,5
Tr. de emigrante c/ origem no exterior	20,608	43,0	0,343	0,4
Transf. de baixo valor de pensões com origem no	673,401	201,5	0,239	0,1
Tr. baixo valor comercial c/ origem ext.	219,106	513,2	0,141	0,3
Tr. baixo valor emigrante c/ origem ext.	99,685	100,0	0,636	0,9
Tr. de pensões c/ origem no exterior	190,041	50,6	0,259	0,1
Tr. c/ origem ext. e tratamento manual	0,075	0,3	0,001	0,0
Total	**42 665,600**	**53 780,8**	**29,850**	**43,6**
Por Memória (2002):				
Total	**30 377,287**	**45 767,9**	**26,560**	**49,3**

Quadro III.11

TEIs, por código de operação em 2003 (2º Fecho)

(*Quantidade em milhares e Valor em milhões de EUR*)

Codigo de operação	Apresentados		Devolvidos	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Reembolsos electricidade	0,149	2,3	0,000	0,0
Renda de casa	0,033	0,1	0,000	0,0
Ordenados	23,057	24,9	0,041	0,0
Fornecedores	2,608	13,6	0,002	0,0
Transferências	59,091	779,9	0,043	0,6
Oper. Merc. Interbancário de Câmbios	2,573	93,1	0,003	0,1
Transf. interbancária c/ origem no ext.	58,837	609,1	0,114	0,8
Transf. comercial c/ origem no exterior	2,067	32,6	0,033	0,1
Transf. de emigrante c/ origem no ext.	1,967	5,5	0,017	0,0
Transf. interbancária doméstica	14,110	212,9	0,072	0,6
Tr. de pensões c/ origem no exterior	0,016	0,0	0,001	0,0
Total	**164,508**	**1.774,0**	**0,326**	**2,3**
Por Memória (2002):				
Total	**269,203**	**2.569,5**	**0,436**	**3,0**

Quadro III.12

TEIs, por código de serviço em 2003

(*Quantidade em milhares e Valor em milhões de EUR*)

Código de serviço	2002		2003	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Expedição de transferências	28 845,489	44.595,3	41 440,062	52.342,6
Devolução de transferências	23,686	40,0	27,176	37,1
Pré-notificações	0,017	3,6	0,0	0,0
Movimento conta ordenante	3,707	620,2	3,522	2.038,4
Regularização conta-ordenante	0,266	0,6	0,254	0,9
Pedido de confirmação de dados de conta (NIB)	1,091	0,0	0,006	0,0
Resposta a pedido de dados de conta (NIB)	33,997	7,0	9,284	7,9
Informação de alteração de NIB	121,039	0,0	110,926	0,0
Transferência c/ adenda e NIB ou IBAN destinatário	1 707,863	3.717,4	1 344,454	3.201,8
Devol. transf. c/ adenda e NIB ou IBAN destinatário	3,275	12,3	2,987	8,8
Transf. pensões c/ origem ext. e n.º conta normalizado	93,138	24,7	45,592	10,4
Dev. Transf. pensões c/ orgem ext. c/n.º conta normal	0,035	0,0	0,013	0,0

No que concerne ao código de serviço (cf. Quadro III.12), parte significativa dos movimentos corresponde, como seria de esperar, à "expedição de transferências" (aproximadamente 96,4% dos movimentos). Outro código de serviço importante diz respeito às "transferências com adenda e NIB ou IBAN do destinatário" (transferências transnacionais). De notar ainda que, no ano de 2003, foram recebidas 45,6 mil transferências de pensões com origem no exterior, com número de conta normalizado, a que correspondem 10,4 milhões de Euros. Esta evolução representa, face ao ano de 2002, uma redução muito significativa, superando os 50%.

Os dados mensais apresentados no Quadro III.13 oscilam próximo de um valor médio de 3.569,2 milhares de operações (aproximadamente mais mil operações por mês face a 2002) e 4.629,6 milhões de euros. A quantidade máxima foi registada no mês de Dezembro, tendo o montante máximo sido atingido em Julho (mês em que diversas empresas efectuam o pagamentos dos

subsídios de férias dos seus empregados), com os mínimos a ocorrer em Fevereiro. Face ao ano anterior (cf. Gráfico III.6), o ano de 2003 registou sempre quantidades superiores às observadas em 2002. Esta constatação é confirmada pela tendência crescente das transferências electrónicas interbancárias, que registou, no ano de 2003, uma taxa de crescimento mais acentuada, como poderá ser comprovado pelo declive da regressão linear, mais acentuado neste ano.

Quadro III.13

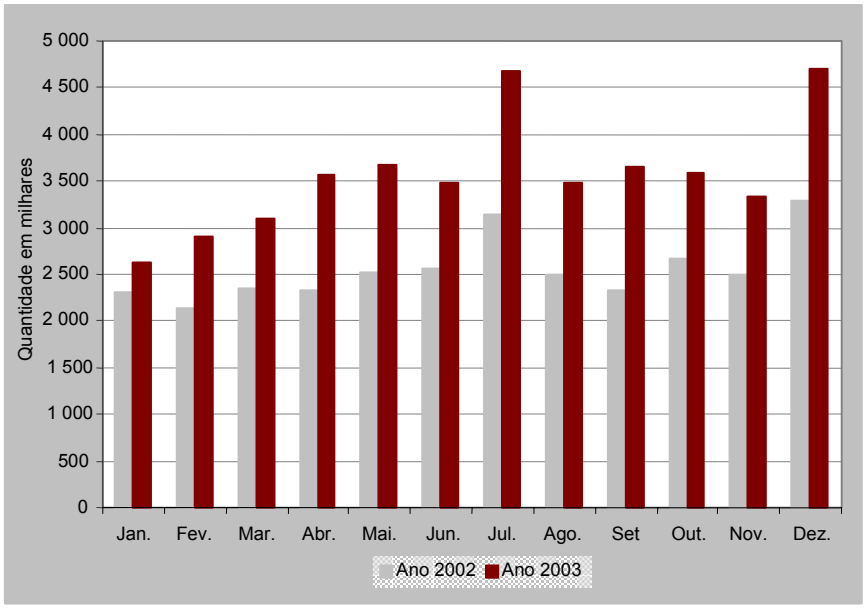
Dados mensais sobre as TEIS

(*Quantidade em milhares e Valor em milhões de EUR*)

Meses - 2003	Apresentados		Devolvidos	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Janeiro	2 632,00	4 208,3	2,60	4,8
Fevereiro	2 907,03	3 851,8	1,98	3,4
Março	3 088,73	4 068,5	2,25	3,5
Abril	3 577,46	4 296,9	2,24	2,4
Maio	3 683,20	4 545,6	2,28	2,7
Junho	3 485,97	4 853,5	2,11	2,5
Julho	4 687,25	5 765,4	3,56	8,3
Agosto	3 485,41	4 365,9	2,16	5,1
Setembro	3 662,19	4 484,2	2,34	4,3
Outubro	3 596,84	4 860,8	2,59	2,7
Novembro	3 331,54	4 966,8	2,56	2,9
Dezembro	4 692,49	5 287,2	3,53	3,3
Total	**42 830,11**	**55 554,8**	**30,18**	**45,9**
Média Mensal	*3 569,18*	*4 629,57*	*2,51*	*3,83*
Por Memória (2002):				
Total	**30 646,49**	**48 337,4**	**27,00**	**52,3**
Média Mensal	*2 553,87*	*4 028,12*	*2,25*	*4,36*

Gráfico III.6

Comparação mensal da quantidade de TEIs apresentadas



MULTIBANCO

O Multibanco é uma rede partilhada de Caixas Automáticos/ATM (*Automatic Teller Machine*) e de Terminais de Pagamento Automático/EFTPOS (*Electronic Funds Transfer at Point Of Sale*), a qual iniciou o seu funcionamento em Setembro de 1985, com a instalação de 12 terminais nas cidades de Lisboa e Porto.

O Multibanco, sendo o sistema de pagamentos português com maiores quantidades de operações processadas - assegura 79,91% da quantidade de operações do SICOI - representa, no entanto, apenas 14,46% do seu valor. Este é o subsistema de pagamento com menor valor médio por operação (43 euros) justificando por isso, mais que qualquer outro, a classificação de sistema de retalho.

A utilização de cartões registou, em 2003, um ligeiro abrandamento face ao crescimento registado em anos anteriores. A taxa de crescimento dos cartões emitidos não ultrapassou, no referido ano, o valor de 1%, quando, por exemplo em 2002, registou um aumento de aproximadamente 10%. No final de 2003 estavam emitidos e reconhecidos na rede Multibanco, cerca de 14,7 milhões de cartões de pagamento (4,1 milhões de cartões de crédito e 10,5 milhões de cartões de débito). Estes números representam, face ao final do ano 2002, um crescimento de 15,88% nos cartões de crédito e uma redução de 4,13% nos cartões de débito. Este movimento poderá dever-se eventualmente à aproximação do ponto de saturação por parte dos cartões de débito, uma vez que é um instrumento de pagamento bastante disponibilizado, e ao qual praticamente todos os portugueses têm acesso. Por outro lado, o cartão de crédito apresenta ainda uma grande margem de crescimento.

No final de 2003, existiam 9.521 ATMs e cerca de 140 mil terminais POS, o que corresponde a um incremento de 6,15% e de 7,41%, quando comparado com o ano anterior (cf. Quadro III.14).

Apesar da ligeira redução do número de cartões de débito emitidos, o constante incremento na utilização global dos cartões de pagamento a que se tem assistido desde a segunda metade da década de 80, traduz a crescente preferência dos portugueses pelos instrumentos de pagamento electrónicos e a crescente confiança e facilidade na sua utilização.

Quadro III.14

Cartões e terminais Multibanco

(*Cartões emitidos e número de terminais*)

	2001	2002	2003
Cartões emitidos	**13 250 489**	**14 574 435**	**14 687 682**
Cartões de débito	10 404 321	10 999 436	10 544 965
Cartões de crédito	2 846 168	3 574 999	4 142 717
Número de terminais	**129 571**	**138 756**	**148 927**
Caixas Automáticos	8 482	8 969	9 521
Terminais Pag. Autom.	121 089	129 787	139 406

Este sistema disponibiliza, através dos seus terminais, uma grande diversidade de funcionalidades aos seus utilizadores. Assim, das inúmeras transacções que podem ser efectuadas através do sistema Multibanco, apenas algumas são susceptíveis de ter valor contabilístico e, consequentemente, impacto ao nível do Sistema de Compensação Interbancária. Destas, destacam-se os levantamentos de numerário, os pagamentos de serviços, as transferências interbancárias, as compras, os pagamentos de baixo valor (portagens) e os carregamentos dos cartões porta-moedas (PMB). O subsistema Multibanco na sua globalidade processou 1.005,1 milhões de operações (crescimento de 6,9%), num montante de 43.492,4 milhões de euros (cf. Quadro III.15).

Das transacções sem valor contabilístico distinguem-se as consultas, quer de saldos quer de movimentos tendo, durante o ano de 2003, sido efectuadas 184,6 milhões de consultas, nos diferentes terminais.

Quadro III.15

Movimento global do Multibanco em 2003

(*Quantidade em milhões e Valor em milhões de EUR*)

	2002		2003	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Levantamentos nacionais	290,17	16 511,6	307,51	17 689,6
Levantam. internacionais	6,73	823,8	7,26	898,8
Levantam. no estrangeiro	2,31	217,2	2,60	241,6
Pagamentos de serviços	68,37	3 857,0	63,41	4 207,3
Transf. interbancárias	5,54	2 255,7	6,48	2 538,9
Compras	378,83	16 103,3	411,94	17 375,9
Pagamentos de baixo valor	186,87	461,0	206,09	520,4
Carregamentos PMB	0,13	1,7	0,09	1,3
Total	**938,95**	**40 231,3**	**1 005,38**	**43 473,8**
Média Diária	*2,57*	*110,2*	*2,75*	*119,1*

Analisando as quantidades de transacções com valor contabilístico efectuadas (cf. Gráfico III.7), é possível constatar que as compras são a rubrica com maior peso (40,97%), logo seguida dos levantamentos efectuados por cartões emitidos pelas Instituições de Crédito nacionais (30,59%). No que respeita ao valor das transacções feitas ao longo do ano 2003, os levantamentos nacionais e as compras ascenderam a 17.689,6 milhões de euros e 17.375,9 milhões de euros, respectivamente, assegurando em conjunto 80,66% do total.

Os utilizadores do sistema Multibanco têm aproveitado as facilidades do sistema para cumprir alguns compromissos de pagamento face ao Estado e à Segurança Social. Os 1.214.065 pagamentos ao Estado, incluídos nos "Pagamentos de Serviços", realizados em 2003 (crescimento de aproximadamente 12%) ascenderam a 347,92 milhões de euros. No que respeita à Segurança Social, foram efectuados 942.599 pagamentos (redução de 2,67%), no valor de 83,2 milhões de euros.

Em Dezembro de 2003, existiam cerca de 3,7 milhões de cartões com função de dinheiro electrónico distribuídos pelas instituições de crédito, o chamado Porta-Moedas Multibanco (PMB). Contudo, só 23,2 mil cartões PMB possuíam saldo e destes apenas 5,7 mil permanecem activos.

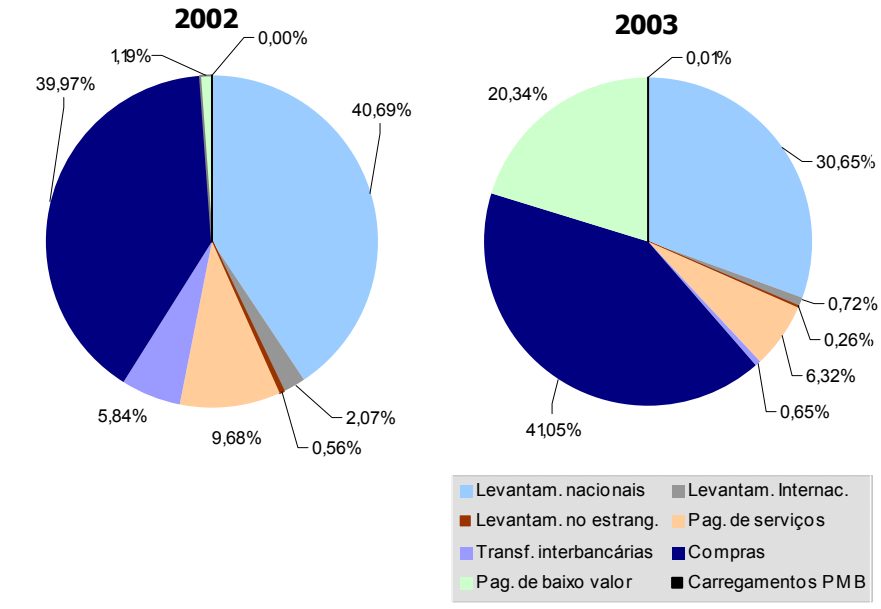
A análise detalhada dos dados do Multibanco mostra algumas evidências económicas e sociais.

Assim, os "levantamentos internacionais" (de estrangeiros na rede Multibanco) são, em número e em valor, muito superiores aos levantamentos efectuados por nacionais no estrangeiro, reflectindo o facto de existirem mais turistas estrangeiros a realizar férias em Portugal do que portugueses a gozar férias no exterior. Com efeito, enquanto que se registaram cerca de 6,2 milhões de "levantamentos internacionais". apenas foram efectuados 2,6 milhões de "levantamentos no estrangeiro" (cf. Gráficos III.7 e III.9).

O aumento de 7% observado nas transferências interbancárias ordenadas via Multibanco, que em 2003 atingiram as 6,48 milhões de operações, demonstra claramente, quer a crescente facilidade de utilização e confiança da população portuguesa no Multibanco, quer a importância que este tipo de operação começa a possuir neste sistema. A crescente utilização do sistema Multibanco na execução de ordens de transferências interbancárias deve-se, em grande medida, ao elevado nível de serviço que apresenta, podendo os fundos, em determinadas situações, ficarem disponíveis na conta do beneficiário no próprio dia em que a operação é ordenada, sem custos adicionais.

Gráfico III.7

Movimento global do Multibanco em 2003



A comparação entre o ano 2002 e o ano 2003 (cf. Quadro III.16 e Gráfico III.8) revela um aumento das operações processadas através do subsistema do Multibanco em todos os meses, o que confirma a importância deste sistema no dia a dia dos portugueses e a crescente confiança que o seu bom funcionamento proporciona. De realçar que, pela primeira vez desde o arranque do Multibanco, foi ultrapassada a "barreira" dos mil milhões de operações processadas anualmente.

Quadro III.16

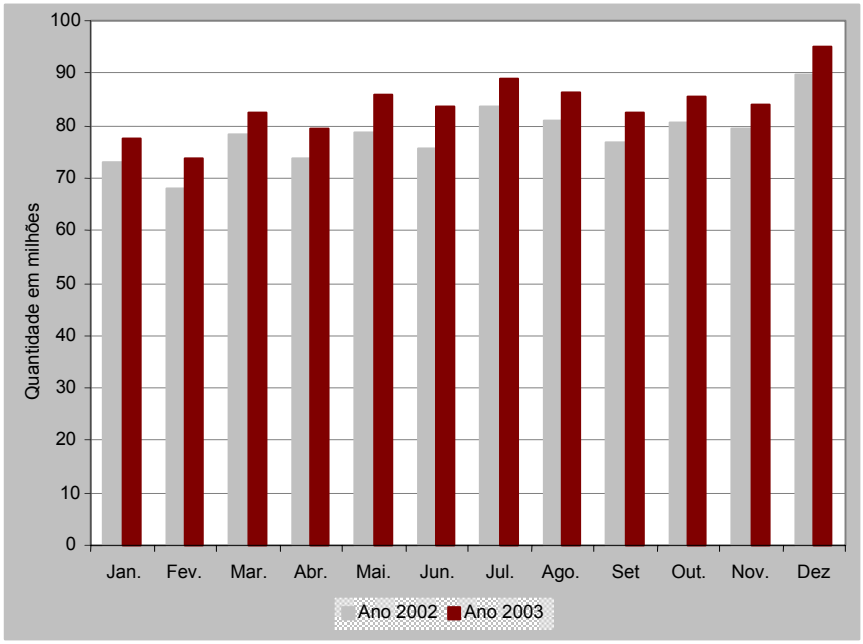
Dados mensais sobre o Multibanco

(*Quantidade em milhões e Valor em milhões de EUR*)

	2002		2003	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Janeiro	72,94	2 909,1	77,67	3 266,4
Fevereiro	68,25	2 728,2	73,93	3 046,8
Março	78,21	3 223,8	82,59	3 416,4
Abril	73,95	3 039,5	79,39	3 409,4
Maio	78,73	3 270,0	85,93	3 580,0
Junho	75,66	3 182,5	83,65	3 475,8
Julho	83,66	3 648,6	88,93	3 978,9
Agosto	81,05	3 818,0	86,39	3 973,9
Setembro	76,74	3 372,6	82,33	3 573,9
Outubro	80,53	3 426,6	85,44	3 690,0
Novembro	79,63	3 412,7	84,04	3 627,2
Dezembro	89,62	4 199,9	95,09	4 435,1
Total	**938,95**	**40 231,3**	**1 005,38**	**43 473,8**
Média Mensal	*78,25*	*3 352,61*	*83,78*	*3 622,82*

Gráfico III.8

Comparação mensal da quantidade de operações Multibanco



Analisando os dados numa perspectiva mensal, é possível observar que algumas operações processadas no âmbito do subsistema do Multibanco apresentam uma forte componente sazonal. O caso mais evidente é o dos "levantamentos internacionais" (efectuados em Portugal por não residentes) e no estrangeiro (efectuados por cidadãos nacionais) (cf. Gráfico III.9) que, estando fortemente dependentes dos períodos de férias, se concentram nos meses de Verão, nomeadamente em Julho e Agosto.

Contudo, existem outras situações menos evidentes. Como demonstra o Gráfico III.10, e tomando como exemplo Setembro de 2003, os levantamentos nacionais e as compras também demonstram um padrão de sazonalidade, não ao longo do ano, mas sim ao longo da semana. Este padrão é determinado pelo efeito da disponibilidade e

pré-disposição dos consumidores, que é claramente maior à sexta-feira e ao sábado e menor ao domingo, dia em que a maioria dos estabelecimentos comerciais estão encerrados. De notar ainda que, nos dias 1 de Setembro (segunda-feira) e 1 de Outubro (quarta-feira), registou-se uma quantidade de levantamentos algo superior aos valores registados nos mesmos dias de outras semanas, constatando-se que este dia (primeiro dia útil de cada mês) será dos que regista maior quantidade de levantamentos efectuados.

Gráfico III.9

Levantamentos internacionais e no estrangeiro em 2003

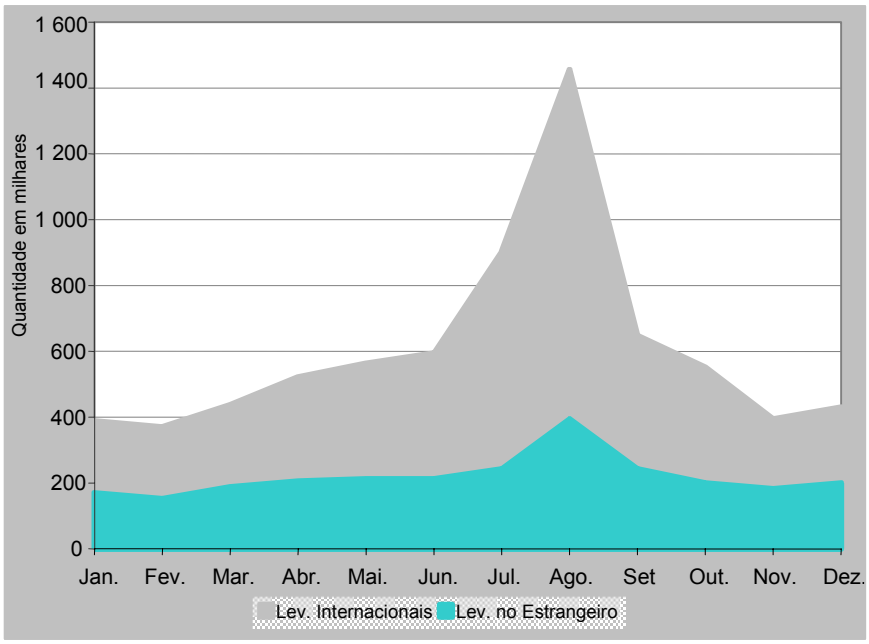
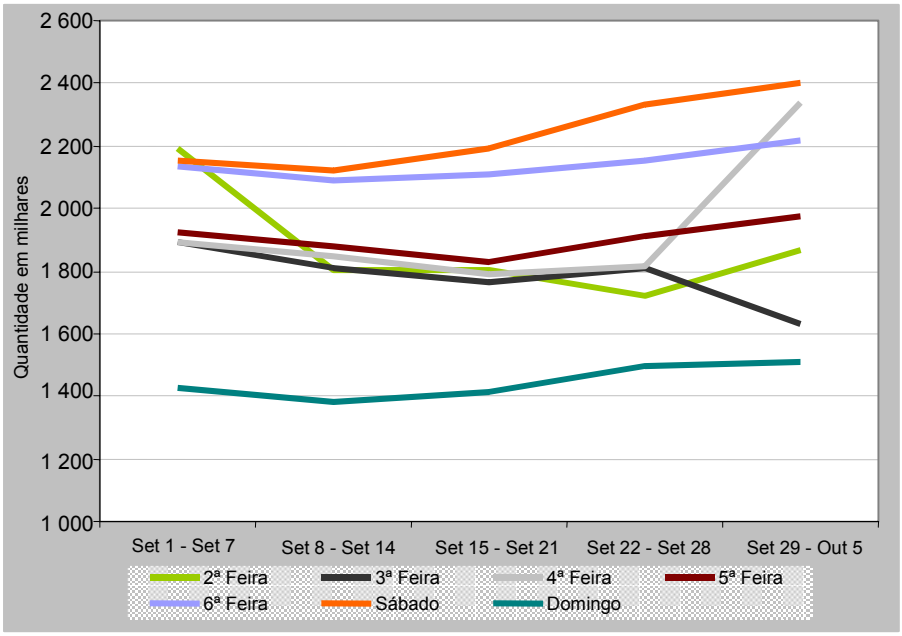


Gráfico III.10

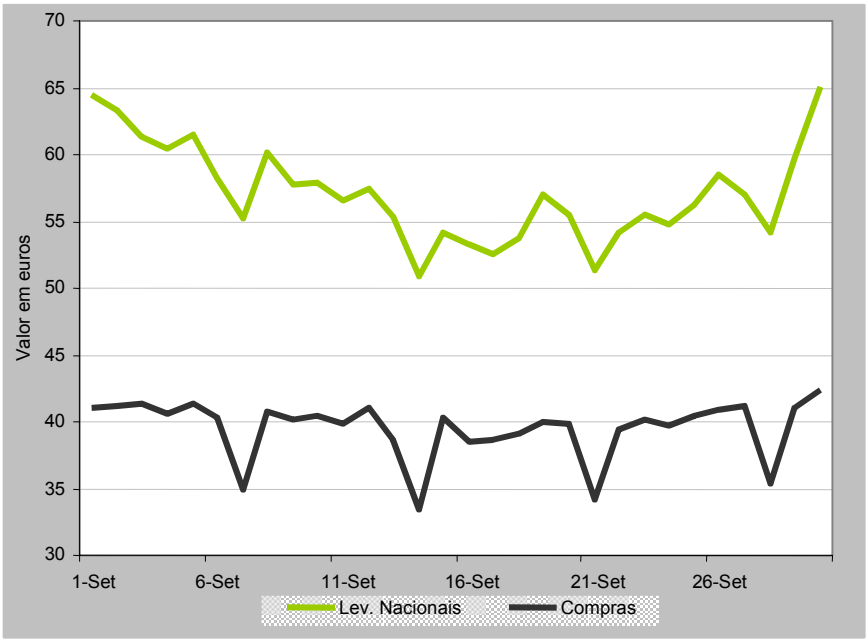
Levantamentos nacionais e compras, por dias da semana, em Setembro de 2003



O rendimento disponível também influencia o comportamento dos utilizadores do sistema Multibanco, condicionando as suas actividades económicas. Com efeito, os valores médios dos levantamentos nacionais e das compras são francamente superiores no início e no final do mês, altura em que, regra geral, os trabalhadores recebem os seus vencimentos. Assim o confirma o Gráfico III.11, considerando novamente o caso de Setembro de 2003.

Gráfico III.11

Valor médio dos levantamentos nacionais e compras ao longo do mês de Setembro de 2003



DÉBITOS DIRECTOS

O Sistema de Débitos Directos (SDD), sistema vocacionado para as cobranças interbancárias (na verdadeira acepção da palavra) existente em Portugal, apresenta grandes vantagens, tanto para credores como para devedores, face a outros processos de cobrança que continuam a ser bastante utilizados em Portugal.

Ao longo do ano 2003, foram processados cerca de 5,2 milhões de débitos directos, com um valor global de 1.343,3 milhões de euros, o que representa um crescimento de 231%. Apesar deste subsistema ter um peso ainda pouco significativo no movimento global do SICOI (aproximadamente 0.5% em quantidade e 1,2% em valor), será importante promover a sua utilização, uma vez que é o sistema de cobrança que permite a interbancariedade, que está mais adequadamente regulamentado e que melhor defende os direitos e deveres de todas as partes. Por forma a realçar a crescente importância deste sistema, refira-se que, a nível europeu, se perspectiva a criação de um sistema pan-europeu de débitos directos (*PEDD - Pan-European Direct Debit*) que permitirá a execução de operações transnacionais de débitos directos.

No Sistema de Débitos Directos existiam, no final de 2003, 2,34 milhões de autorizações de débito em conta (ADC) activas, registadas por 755 empresas das mais diversas áreas de negócio, das quais destacamos seguros, aquisições a crédito, consumos de água e telemóveis.

Conforme demonstrado pelo Quadro III.17 e pelo Gráfico III.12, este subsistema do SICOI apresenta uma tendência claramente crescente, tendo começado com uma quantidade de cerca de 255 mil operações em Janeiro e terminado o ano com 808 mil operações em Dezembro.

Quadro III.17

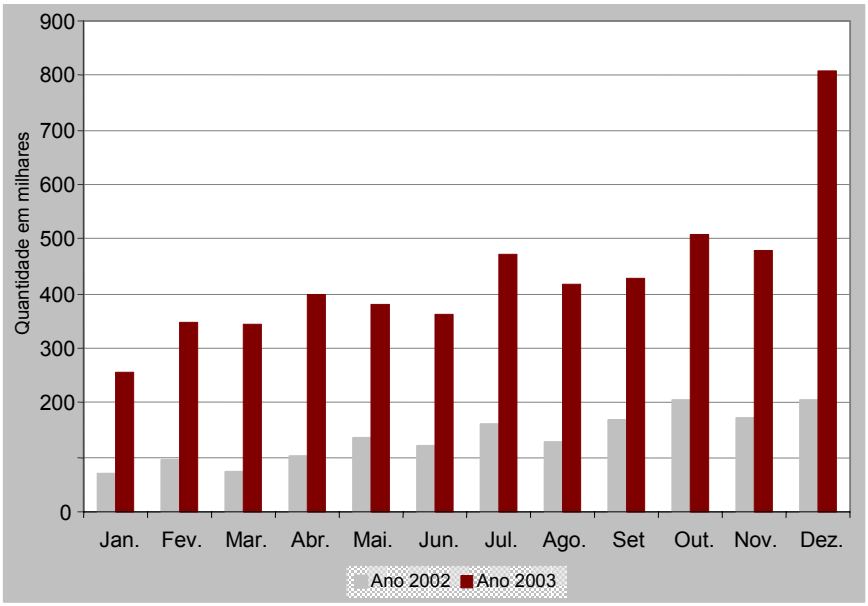
Dados mensais sobre os débitos directos

(*Quantidade em milhares e Valor em milhares de EUR*)

Apresentados	2002		2003	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Janeiro	68,879	29 708,4	254,57	78 845,5
Fevereiro	94,824	28 708,2	346,09	77 932,9
Março	73,282	23 260,3	342,24	95 077,8
Abril	104,16	36 055,2	397,08	103 421,1
Maio	133,572	43 777,8	380,69	105 412,5
Junho	119,891	42 368,5	360,66	104 217,5
Julho	160,306	51 191,4	472,43	116 873,4
Agosto	127,667	48 309,6	416,22	110 907,2
Setembro	166,641	57 670,1	428,95	112 817,3
Outubro	204,241	65 572,6	509,29	126 423,3
Novembro	171,394	61 840,9	477,61	127 947,3
Dezembro	203,526	68 432,1	808,00	183 427,7
Total	**1 628,38**	**556 895,20**	**5 193,82**	**1 343 303,6**
Média Mensal	*135,70*	*46 407,93*	*432,82*	*111 941,96*

Gráfico III.12

Comparação mensal da quantidade de débitos directos cobrados



Do total de 5.194,1 milhares de instruções enviadas, cerca de 4.322 milhares de débitos directos foram efectivamente cobrados (cf. Quadro III.18), tendo os restantes sido, ou anulados/rejeitados - antes da compensação - ou revogados/revertidos - após a compensação. De notar que, a taxa de cobrança registada – 83% - situa-se em patamares idênticos, ou até superiores, aos registados em processos de cobrança intrabancários estando, desta forma, de acordo com os níveis normais de cobranças.

Quadro III.18

Débitos Directos, por código de serviço, em 2003

(*Quantidade em milhares e Valor em milhares de EUR*)

Codigo de operação	2002		2003	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Instruções de DDs (ADC normalizadas)	1 568,92	518 756,2	5 194,10	1 343 867,0
Reversões (ADC normalizadas)	2,88	144,7	1,33	52,5
Revogações (ADC normalizadas)	4,90	2 783,6	5,42	2 910,9
Rejeição de IDDs (ADC normalizadas)	240,17	115 888,6	864,62	266 144,8
Anulação de IDDs (ADC normalizada)	0,00	0,0	0,27	563,4
Devolução de Reversões (ADC normalizada)	0,01	0,3	0,00	0,0
Instruções de DDs (ADC não normalizadas)	59,46	38 139,0	0,00	0,0
Revogações (ADC não normalizadas)	1,02	662,8	0,00	0,0
Rejeição de IDDs (ADC não normalizadas)	9,73	7 377,1	0,00	0,0

*ADC significa Autorização de Débitoem Conta
**IDD significa Instrução de Débito Directo

O Quadro III.19 permite verificar que as principais operações realizadas através dos débitos directos são as cobranças indiferenciadas, as transferências relativas a prestações regulares de *leasing* e vendas do comércio de retalho e as prestações de seguros, justificando no seu conjunto cerca de 82% das instruções enviadas e 96% do seu montante. Outras operações como as cobranças de água, quotas, gás, telefone e outros serviços diversos assumem, por enquanto, valores pouco significativos.

Quadro III.19

Débitos Directos, por código de operação, em 2003

(*Quantidade em milhares e Valor em milhares de EUR*)

IDD enviadas	2002		2003	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Água	58,91	1048,3	126,30	1 737,9
Gás	31,143	2933,5	276,44	8 703,5
Electricidade	0	0	10,58	670,6
Gás / Electricidade	0,061	0,9	0,63	10,6
Telefone	62,77	2637,7	103,58	5 328,6
Renda de Casa	9,504	467,1	18,01	3 080,1
Serviço Público Terrestre	0,002	0	63,45	9 743,0
Seguro de Vida	0	0	531,27	30 447,7
Seguros Diversos	133,804	4002,1	378,89	18 435,1
Quotas	49,995	2496,2	156,51	7 258,4
Transferência	193,404	199260,1	525,32	327 477,6
Cobrança	1058,31	340977,8	2 809,48	915 337,9
Aquisições a Crédito	0,26	840,6	1,42	3 654,8
Serviços Diversos	18,64	1899,2	162,30	10 758,4
Água / Saneamento	5,213	59,3	19,05	546,8
Telecomunicações	5,226	231,1	10,02	644,2
Televisão	1,141	41,4	0,84	31,9
Total	**1 628,38**	**556 895,3**	**5 194,10**	**1 343 867,0**

Foram rejeitadas, em 2003, cerca de 870 mil instruções de débitos directos com um valor de 269 056 milhares de euros (cf. Quadro III.20). O principal motivo de rejeição foi a conta sem saldo ou com saldo insuficiente, que justifica 87,10% do número de rejeições e 83,6% do seu valor. Outra causa importante para a rejeição dos débitos directos é "conta destinatária não movimentável", com cerca de 6,25% da quantidade de rejeições e 8,68% do seu montante global.

Quadro III.20

Débitos Directos rejeitados, por motivo de rejeição, em 2003

(*Quantidade em milhares e Valor em milhares de EUR*)

Motivo de rejeição	2002		2003	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Não existe autorização de débito	10,99	5 427,1	0,00	0,0
Recusa de débito pelo banco	3,35	841,4	12,66	3 061,0
Conta sem saldo ou saldo insuficiente	199,39	95 543,5	757,78	224 968,6
Conta inexistente	4,19	1 271,3	11,18	2 915,6
Registo inválido	0,41	86,1	0,00	0,0
Cancelamento de autorização pelo cliente	3,54	1 329,1	8,76	3 018,1
Reservado	0,02	19,5	0,00	0,0
Dados do NIB da conta do devedor inválidos	1,92	327,5	3,62	597,3
Conta destinatária não movimentável	20,09	16 188,7	54,34	23 362,2
Referência do mandato MB inválida	0,00	0,4	0,00	0,0
Recusa da operação pelo cliente	6,32	4 207,0	6,43	4 834,9
Conta ordenante não movimentável	0,02	3,4	0,00	0,0
Não aceitação das instruções pelo banco	1,50	442,8	0,14	77,5
Cancelamento de autorização pelo banco	0,15	28,2	0,48	325,2
Valor superior ao máximo autorizado	0,10	14,8	0,78	309,0
Autorização Caducada	0,03	4,7	0,04	6,0
Suspensão	3,80	976,5	13,84	5 580,3
Aceitação de Pré-notificação	0,00	0,1	0,00	0,0
Total	**255,82**	**126 712,1**	**870,03**	**269 055,7**

Caixa 4
Grupos de Trabalho Interbancários

O Banco de Portugal preside à Comissão de Coordenação Interbancária para os Sistemas de Pagamentos (CISP) e, neste âmbito, promove o funcionamento de grupos de trabalhos interbancários, que resultam da intervenção conjunta do próprio banco, das instituições de crédito participantes e da SIBS.

Os Grupos de Trabalho actualmente em funcionamento são os seguintes: GTI-Cheque, GTI-Cobranças, GTI-Tarifários Interbancários, GTI-TEI e GTI-Pagamentos Transfronteiros.

No trabalho desenvolvido em 2003 pelos diferentes grupos sob a égide da CISP, destaca-se a entrada em funcionamento, no final de Outubro, da Circulação Interbancária de Imagem de Cheques (CIIC), em substituição da troca física dos cheques. Este novo sistema que assenta na troca electrónica de imagens, permite aos bancos a conferência automatizada de assinaturas, bem como o arquivo electrónico dos documentos. Portugal, com a introdução deste sistema, foi pioneiro a nível europeu, permitindo aos bancos uma maior eficiência e redução de custos com a introdução de novas tecnologias, que se traduziu num aumento da produtividade ao nível de todo o sistema.

Relativamente aos outros subsistemas do SICOI, foram também introduzidas algumas melhorias ao nível da eficiência e segurança dos mesmos, principalmente no domínio do controlo do risco sistémico, destacando-se a aplicação ao Sistema de Débitos Directos do limite de 100.000 euros para liquidação de cobranças por compensação, sendo as operações de valor igual ou superior obrigatoriamente liquidadas por bruto no SPGT.

Caixa 3
Sistema de pagamentos português: um exemplo de rápida e sustentada modernização

O desenvolvimento das infra-estruturas de pagamento em Portugal - que são reconhecidamente das mais avançadas a nível europeu - beneficiou da visão estratégica dos decisores bancários, em meados da década de oitenta do século XX. Sob o signo de uma cultura de cooperação interbancária - de que a SIBS, fundada em 1983, é o expoente mais significativo - foi possível lançar os alicerces de uma rede única de ATM (baptizada de Multibanco), primeiro e basilar projecto que proporcionou um acelerado progresso nos "usos e costumes" dos utilizadores dos serviços bancários em Portugal.

Os gráficos seguintes espelham o referido anteriormente:

Gráfico III.13
Número de ATM por milhão de habitantes, em percentagem da média da UE

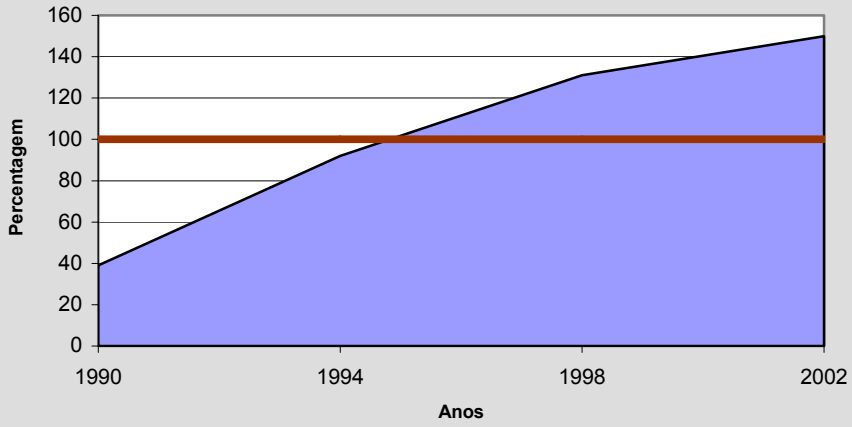
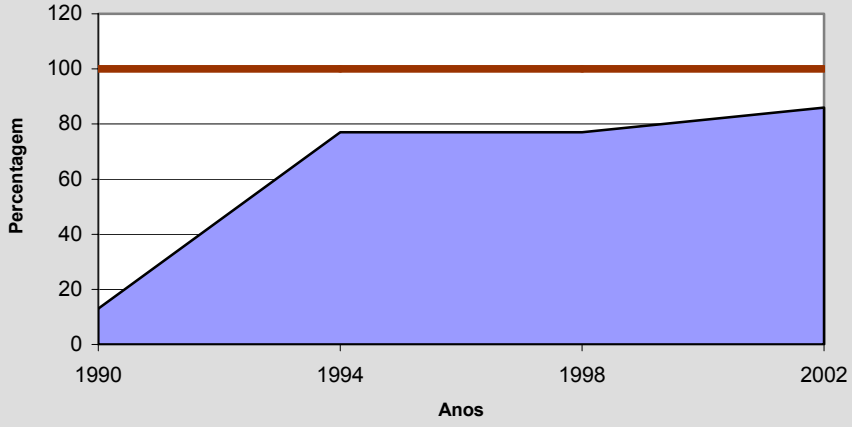


Gráfico III.14
Número de EFT/POS por milhão de habitantes, em percentagem da média da UE



Capítulo IV

Regulamentação e Controlo dos Meios de Pagamento

No ano de 2003 foi elaborado e publicado o Aviso do Banco de Portugal nº10/2003, que definiu um quadro regulamentar para quaisquer cobranças por débito em conta de depósitos, efectuadas no âmbito intrabancário, uniformizando o processo de todas as cobranças electrónicas e tornando mais claros os direitos e deveres das partes envolvidas (credores, devedores e instituições de crédito).

O Regulamento do SPGT, Instrução nº115/96, bem como o Apêndice 2 do Manual de Procedimentos do TARGET, sofreram igualmente alteração, nos termos da Orientação do Banco Central Europeu, de 4 de Abril de 2003 (ECB/2003/6). Há a referir, nomeadamente, a substituição do esquema de reembolso previsto na alínea h) do artigo 3º da Orientação BCE/2001/3, de 26 de Abril de 2001, relativa a um sistema de transferências automáticas trans-europeias de liquidação pelos valores brutos em tempo real (TARGET), pelo Esquema de Compensação do TARGET. Este novo Esquema, que entrou em vigor a 1 de Julho de 2003, implicou a reformulação e publicação, após submissão ao BCE para consulta prévia, dos instrumentos jurídicos nacionais adequados à sua implementação.

O Regulamento (CE) nº2560/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Dezembro de 2001, estabelece as normas relativas aos pagamentos transfronteiros em euros e assegurou que os encargos cobrados por esses pagamentos, até ao montante de 50.000 euros, devem ser iguais aos facturados pelos pagamentos em euros efectuados no interior de um Estado-Membro. A data limite de entrada em vigor para as transferências bancárias expressas em euros, até ao montante de 12.500 euros, foi 1 de Julho de 2003. Este regulamento levantou algumas questões ao sistema bancário nacional e aos utilizadores de serviços financeiros, sobre as quais o Banco de Portugal foi chamado a pronunciar-se. Com a publicação do Decreto-Lei nº132/2003, de 28 de Junho, o Banco de Portugal, com base no artigo 3º deste Decreto-Lei, estabeleceu o regime sancionatório necessário para garantir o cumprimento do mencionado regulamento, atento o disposto no seu artigo 7º.

Igualmente com a colaboração do Banco de Portugal foi introduzido no acervo normativo nacional o Decreto-Lei nº83/2003, de 24 de Abril, que determinou que as entidades que utilizarem cheques enquanto estiverem inibidas do seu uso serão novamente incluídas na listagem de utilizadores de cheque que oferecem risco (LUR). Este diploma autorizou ainda o acesso de todas as instituições de crédito indicadas como tal no artigo 3º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (aprovado pelo Decreto-Lei nº298/92, de 31 de Dezembro)-, tendo em vista a avaliação do risco de crédito, a todas as informações relativas aos utilizadores de cheque que oferecem risco. Esta iniciativa legislativa implicou alteração ao Decreto-Lei nº454/91, de 28 de Dezembro, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei nº316/97, de 19 de Novembro (Regime Jurídico do Cheque Sem Provisão), tendo a respectiva regulamentação, obtido o parecer prévio da Comissão Nacional de Protecção de

Dados, sido publicada já em 2004 (Boletim Oficial Nº2, de 16.02.2004).

No âmbito da competência para regulamentação do Sistema de Compensação Interbancária (SICOI), revogou-se a Instrução nº125/96, substituindo-a pela Instrução nº25/2003, publicada no Boletim Oficial nº10, de 15.10.2003. Para além de reflectir as alterações indispensáveis face ao impacto da entrada em funcionamento da Circulação Interbancária de Imagens de Cheques (em 27 de Outubro de 2003) foram introduzidos ajustamentos referentes a todos os restantes subsistemas (Efeitos Comerciais, Transferências Electrónicas Interbancárias, Débitos Directos e Multibanco).

Sendo-lhe essencial a normalização do documento-cheque, designadamente no que respeita às características compatíveis com os requisitos exigidos na recolha e difusão de imagem, a revisão do SICOI-Sistema de Compensação Interbancária, sobretudo na parte que respeitou à circulação interbancária da imagem do cheque, implicou a alteração de um outro instrumento regulamentar.

Assim, a nova Norma Técnica do Cheque, Instrução n.º 26/2003, publicada no Boletim Oficial n.º 10, de 15.10.2003, entrou em vigor na mesma data do Regulamento do SICOI (27 de Outubro) e revogou a Instrução n.º 9/98 subordinada ao mesmo assunto.

No âmbito do controlo da adequação dos impressos de cheque aos requisitos definidos na Norma Técnica do Cheque, foram analisados, em 2003, pedidos de aprovação apresentados por 14 instituições de crédito (Bancos, Caixas Económicas, Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo e Caixas de Crédito Agrícola Mútuo), representando um acréscimo, relativamente ao ano anterior, de 75%, em resultado da supracitada alteração regulamentar.

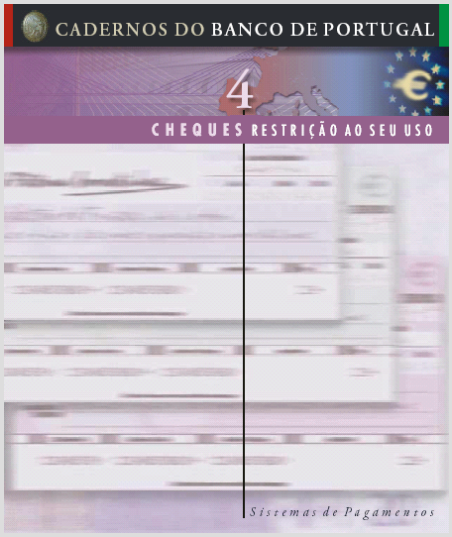
A base de dados relativa a utilizadores de cheque que oferecem risco, centralizada e difundida pelo Banco de Portugal nos termos do Regime Jurídico do Cheque Sem Provisão, integrava no final de 2003, o nome de 137.707 entidades. Este número registou um acréscimo de 3,6%, maior do que a variação homóloga de 2002, em que se verificou um incremento de 3,2%.

O número de entidades que entraram na listagem em 2003 foi de 91.545, o que representa um acréscimo de 8,5% relativamente ao movimento de entradas verificadas em 2002.

No exercício dos poderes conferidos ao Banco de Portugal pelo Regime Jurídico citado, através de instrução de processo próprio, foram removidos da mencionada listagem os nomes e denominações sociais de 17.728 entidades e anulada a inclusão de 9.089 utilizadores. O total de saídas da listagem no ano de 2003 foi de 89.843.

Caixa 6
Cadernos do Banco de Portugal

Dando sequência ao esforço, iniciado em 2002, de contribuir para o esclarecimento dos utilizadores dos serviços financeiros, quer sobre a diversidade de tais serviços, quer sobre a sua regulamentação, foi publicado o quarto volume da colecção "Cadernos do Banco de Portugal", subordinado ao tema "Cheques – restrição ao seu uso".

Futuras edições, abordando outras temáticas no âmbito dos instrumentos e sistemas de pagamentos, procurarão, com a adequada difusão junto do público, intensificar a intervenção do Banco de Portugal na informação e esclarecimento sobre as características das diversas opções disponíveis, do seu modo de funcionamento e dos direitos e deveres inerentes à utilização de tais instrumentos e sistemas.

Dos quatro cadernos publicados sobre sistemas de pagamentos, no final de 2003 estavam distribuídos 1.719.374, dos quais 1.410.990 com a colaboração das instituições de crédito, 169.010 pelas Câmaras Municipais (incluindo Centros de Informação Autárquica ao Consumidor), 36.860 pelas Lojas do Cidadão e os restantes correspondendo a solicitação directa de diversas entidades, quer por envio postal, quer através da distribuição nos postos de atendimento do Banco, na Sede e na Rede Regional.